



João Pedro Seixas Soares

**A atribuição de relevância a normas de aplicação imediata  
estrangeiras em decisões de Tribunais judiciais Portugueses no  
âmbito do Direito Internacional Privado das obrigações**

Dissertação com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito

Orientadora:

Professora Doutora Maria Helena Brito

Fevereiro de 2019



## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais, pelo apoio.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Maria Helena Brito, pela orientação atenta e pela disponibilidade com que discutiu cientificamente o presente trabalho.

Agradeço às pessoas que me acompanharam na fase da elaboração da dissertação.

## **Declaração antiplágio**

Declaro por minha honra que o trabalho apresentado é da minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falha ética e disciplinar.

## **Modo de citar**

Os elementos das referências bibliográficas seguem a ordem de apresentação da Norma NP 405-1.

A apresentação dos elementos das normas segue a ordem: nome/número, data.

A apresentação dos elementos da jurisprudência segue a ordem: tribunal, data, processo, relator(a), localização.

**Nº de caracteres: 199.163**

## **Resumo**

O presente trabalho aborda a matéria das normas de aplicação imediata no âmbito do Direito Internacional Privado. Constitui o seu objeto a análise de decisões de Tribunais judiciais Portugueses que atribuem relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras em matéria de obrigações.

A análise divide-se em duas partes: a primeira incidirá sobre decisões que atribuem relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae*, isto é, à lei indicada pela norma de conflitos do foro; a segunda compreenderá decisões que atribuem relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado, isto é, a um Estado que não é o Estado do foro ou o da *lex causae*.

Recorrer-se-á a uma definição de normas de aplicação imediata assente em posições Doutrinárias firmadas que servirá de base para a análise das decisões jurisprudenciais examinadas.

Apontar-se-ão os principais princípios e fundamentos atinentes à atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras.

The present work concerns the study of overriding mandatory provisions in the field of Private International Law. Its object is the analysis of judicial Portuguese Courts decisions that give relevance to foreign overriding mandatory provisions in the realm of obligations.

The analysis is divided in two parts: the first one will be regarding decisions that give relevance to foreign overriding mandatory provisions belonging to the *lex causae*, i.e., the law designated by the forum's conflict of law rules. The second one will comprehend decisions that give relevance to foreign overriding mandatory

provisions belonging to a third State, i.e., a State that is neither the forum State nor that of the *lex causae*.

We will resort to a definition of overriding mandatory provisions rooted in consolidated Doctrinal positions that will serve as a basis to the analysis of the examined Court decisions.

We will point out the main grounds and principles with regards to the recognition of foreign overriding mandatory provisions.

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>I. Noção de normas de aplicação imediata .....</b>	<b>11</b>
<b>II. Princípios e fundamentos atinentes à atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras .....</b>	<b>23</b>
<b>III. A atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à <i>lex causae</i> em decisões de Tribunais Portugueses .....</b>	<b>34</b>
1. Decisões Jurisprudenciais .....	35
1.1 À luz da teoria do estatuto obrigacional .....	38
1.2 À luz da “tese” compreendida no art. 15º do Código Civil Português .....	41
1.3 À luz da averiguação do âmbito de aplicação espacial de normas de aplicação imediata estrangeiras .....	44
2. Limites à atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à <i>lex causae</i> .....	48
3. O nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma, o nº 3 do art. 9º do Regulamento Roma I e o art. 17º do Regulamento Roma II no âmbito da atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à <i>lex causae</i> .....	51
<b>IV. A atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado em decisões de Tribunais Portugueses ..</b>	<b>54</b>
1. Reconhecimento de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado .....	54
1.1 À luz da teoria da conexão estreita .....	58
1.2 A concretização jurisprudencial do conceito de “conexão estreita” ...	61

2. O modo de aplicação das normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado .....	70
2.1 Tomada em consideração de normas de aplicação imediata enquanto pressupostos de facto da <i>lex causae</i> .....	70
2.2 Aplicação direta de normas de aplicação imediata não pertencentes à <i>lex causae</i> e as consequências de direito privado resultantes dessa aplicação ...	74
3. O nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma, o nº 3 do art. 9º do Regulamento Roma I e o art. 17º do Regulamento Roma II no âmbito da atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado .....	85
<b>Conclusões .....</b>	<b>89</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>94</b>
<b>Lista de Jurisprudência .....</b>	<b>98</b>



## **Introdução**

O âmbito desta dissertação constitui a análise de decisões de Tribunais judiciais Portugueses – Tribunais da Relação e Supremo Tribunal de Justiça – que atribuem relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras em matéria de obrigações, quer voluntárias quer involuntárias, no domínio do Direito Internacional Privado.

Começaremos por abordar sinteticamente a noção de normas de aplicação imediata tal como ela vem sido tratada na Doutrina e, mais recentemente, na Lei. A qualificação de normas materiais aplicadas ou tomadas em consideração pelos Tribunais Portugueses nas decisões analisadas enquanto normas de aplicação imediata, quando não expressamente assim qualificadas pelos Tribunais, partirá da posição que acolhemos quanto à sua definição quando tal qualificação não resultar de posições doutrinárias por nós pesquisadas do país onde as normas se inserem.

Referiremos os princípios e os pressupostos mencionados na Doutrina que subjazem ao reconhecimento de relevância de normas de aplicação imediata estrangeiras no ordenamento jurídico do foro.

Dividiremos a nossa análise em duas partes: a primeira, correspondente ao Título III, irá incidir sobre decisões que atribuem relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae*, isto é, à lei indicada pela norma de conflitos do foro. Recorreremos, para o efeito, às principais teorias vigentes na Doutrina que nesta matéria atribuem relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae*, e tentaremos verificar se existem limites à atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae* em decisões jurisprudenciais Portuguesas. A segunda parte, correspondente ao Título IV, compreenderá a análise de decisões que atribuem relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado, isto é, a um Estado que não é o Estado do foro ou o da *lex causae*. Traremos

à análise a principal teoria vigente na Doutrina que atribui relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado. Nesta segunda parte trataremos da concretização jurisprudencial do conceito vago de “conexão estreita” ligado à referida teoria. Para tal abordaremos decisões que aplicam normas de aplicação imediata estrangeiras e do foro, visto o exercício se subordinar apenas à concretização jurisprudencial do conceito mencionado: consideramos, com efeito, que a aplicação de normas de aplicação imediata do foro que não sejam indicadas pela norma de conflitos do foro tem como requisito a verificação de uma conexão estreita entre a situação jurídica a regular e o Estado a que as normas de aplicação imediata do foro pertencem. Referir-nos-emos ao modo como os Tribunais Portugueses aplicam normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado do ponto de vista de duas técnicas debatidas na Doutrina: tomada em consideração e aplicação direta de normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado. No âmbito da aplicação direta de normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado analisaremos as consequências de direito privado resultantes dessa aplicação. Consideramos relevante nesta análise a inclusão de decisões que procedem a uma aplicação de normas de aplicação imediata pertencentes ao Estado do foro quando este não é o da *lex causae*, para efeitos de exercício de comparação das consequências de direito privado decorrentes da aplicação de uma norma de aplicação imediata que não obtém o seu título de aplicação através de uma norma de conflitos do sistema geral do Direito Internacional Privado do foro. Este exercício de comparação é justificado, a nosso ver, pela paridade de tratamento que deve ser observada relativamente ao modo de aplicação de normas de aplicação imediata do foro e estrangeiras, em virtude do princípio da igualdade.

Não deixaremos de fazer uma referência às principais normas que regulam a aplicação e tomada em consideração de normas de aplicação imediata estrangeiras em matéria de obrigações: o n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma de 1980 sobre a lei aplicável às obrigações contratuais, o n.º 3 do art. 9.º do Regulamento n.º 593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, sobre a

lei aplicável às obrigações contratuais (Roma I) e o art. 17º do Regulamento nº 864/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais (Roma II).

A dissertação não tem a pretensão de abranger de modo exaustivo as decisões de Tribunais judiciais Portugueses que se pronunciam sobre normas de aplicação imediata estrangeiras no âmbito do Direito Internacional Privado das obrigações. Poderá auxiliar, contudo, na descoberta de tendências que a este propósito se firmam numa área muitas vezes atribuída à discricionariedade do juiz.

## **I. Noção de normas de aplicação imediata**

Neste capítulo abordar-se-á sinteticamente o conceito de normas de aplicação imediata tal como ele vem sido definido na Doutrina e nas disposições legais vigentes no ordenamento jurídico Português, para os quais iremos remetendo nas referências introduzidas para um maior aprofundamento.

No período entre as duas guerras mundiais a que o século XX assistiu, e nomeadamente no período do pós-Segunda Guerra Mundial de 1939-1945, os Estados começaram a intervir com maior frequência no setor da atividade económica e comercial, i.e., no domínio das relações entre os privados. Essa intervenção expressou-se na elaboração de legislação sobre matérias como o controlo de câmbios, a proteção da concorrência, a proteção de determinadas categorias de sujeitos considerados mais débeis numa relação contratual (v.g. trabalhadores e consumidores) e em áreas como a adoção e a assistência e a proteção à infância. A legislação era, deste modo, materializada em normas imperativas que eram subtraídas à disponibilidade dos privados, abarcando, naturalmente, as relações plurilocalizadas.

As normas imperativas referidas foram sendo aplicadas, pelo menos a partir do século XX, por Tribunais Franceses enquanto “*lois de police et sûreté*” (descritas no art. 3º do Código Civil Francês<sup>1</sup>) e enquanto “*lois d’ordre public*”<sup>2</sup> pertencentes ao ordenamento jurídico Francês. Este facto foi observado por PHOCION FRANCESEKAKIS<sup>3</sup>, que passou a reunir as duas soluções sob o termo

---

<sup>1</sup> Parágrafo 1º do art. 3º do Código Civil Francês: “Les lois de police et de sûreté obligent tous ceux qui habitent le territoire.”

<sup>2</sup> Conceito desenvolvido pela Doutrina sem apoio do texto legal.

<sup>3</sup> FRANCESEKAKIS, Phocion, “La théorie du renvoi et les conflits de systèmes en droit international privé”, Paris: Sirey, 1958, p. 13 e ss.; FRANCESEKAKIS, Phocion, “Quelques précisions sur les «lois d’application immédiate» et leurs rapports avec les règles de conflits de lois”, *Revue critique de droit international privé*, 1966, p. 3.

“règles d’application immédiate”<sup>4</sup>. O adjetivo “imediate” traduz, para o autor, a noção de que a aplicação destas normas pelos Tribunais Franceses não passava pela mediação do procedimento de conflito de leis do Direito Internacional Privado e efetivava-se, portanto, de forma imediata.

As normas de aplicação imediata têm sido unanimemente caracterizadas na Doutrina Portuguesa como sendo normas materiais<sup>5</sup> e, portanto, distintas de normas de conflitos do sistema de Direito Internacional Privado, caracterização que acolhemos.

Para MARQUES DOS SANTOS há uma diferença entre a norma que delimita o âmbito de aplicação espacial da norma material que a acompanha, que apelida de norma de acompanhamento ou norma de conflitos unilateral *ad hoc* (distinta das normas de conflitos do sistema geral do Direito Internacional Privado) e que tem, assim, como única função, a delimitação do campo de aplicação no espaço de uma norma material<sup>6</sup>, e a norma que disciplina substantivamente a matéria (norma material), essa apelida pelo autor de norma de aplicação imediata<sup>7</sup>.

Para MOURA RAMOS a diferença entre uma norma de conflitos e uma norma de aplicação imediata reside em a primeira dispor sobre a competência de

---

<sup>4</sup> FRANCESCAKIS, “La théorie du renvoi...”, p. 15; FRANCESCAKIS, “Quelques précisions sur les «lois d’application immédiate» et leurs rapports avec les règles de conflits de lois”, p. 4.

<sup>5</sup> Cfr. MARQUES DOS SANTOS, António, “As Normas de Aplicação Imediata no Direito Internacional Privado: Esboço de Uma Teoria Geral”, Coimbra: Edições Almedina, 1991, p. 827 e ss.; MOURA RAMOS, Rui Manuel de, “Da Lei Aplicável ao Contrato de Trabalho Internacional”, Coimbra: Edições Almedina, 1991, p. 660 e ss.; BAPTISTA MACHADO, João, “Âmbito de Eficácia e Âmbito de Competência das Leis: Limites das Leis e Conflitos das Leis”, Coimbra: Edições Almedina, 1999, p. 277; FERRER CORREIA, António, “Lições de Direito Internacional Privado I”, Coimbra: Edições Almedina, 2000, p. 161; LIMA PINHEIRO, Luis, “Direito Internacional Privado: Introdução e Direito de Conflitos - Parte Geral”, 3. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2014, p. 268 e ss. Este autor refere, no entanto, que as normas de aplicação necessária não são uma modalidade de normas “autolimitadas”, uma categoria de normas, mas são antes “um modo de atuação de certas normas «autolimitadas»”; BRITO, Maria Helena, “A Representação nos Contratos Internacionais: Um contributo para o estudo do princípio da coerência em direito internacional privado”, Coimbra: Edições Almedina, 1999, p. 602; PISSARRA, Nuno Andrade; CHABERT, Susana, “Normas de Aplicação Imediata, Ordem Pública Internacional e Direito Comunitário”, Coimbra: Edições Almedina, 2004, p. 23 e ss.

<sup>6</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 828 e ss.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 830.

um ordenamento jurídico onde se inserem regras materiais e a segunda dispor sobre “a actuação de certas regras materiais”, o que exclui, por si, a sua pertença ao sistema conflitual<sup>8</sup>.

A generalidade da Doutrina Portuguesa reconhece que as normas de aplicação imediata delimitam o seu âmbito de aplicação no espaço, independentemente do sistema geral das normas de conflitos<sup>9</sup> e, por isso, são normalmente reconduzíveis à categoria das normas autolimitadas<sup>10</sup>. No entanto, as normas de que tratamos têm a particularidade de *estender* o seu âmbito de aplicação em relação à competência que é atribuída pela norma de conflitos do foro, i.e., a “«vontade de aplicação» [das normas de aplicação imediata] extravasa [o] âmbito de competência da ordem jurídica a que pertencem”<sup>11</sup>. Elas distinguem-se, assim, de normas autolimitadas que apenas *limitam* o seu âmbito de aplicação e cuja competência para regular a situação que preveem está dependente de uma referência de uma norma de conflitos geral<sup>12 13</sup>.

A existência de uma ligação entre o fim prosseguido pela norma de aplicação imediata e o seu âmbito de aplicação espacial enquanto característica definidora

---

<sup>8</sup> Cfr. MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 660 e ss. No mesmo sentido, MAYER, Pierre, “Les lois de police étrangères”, *Journal du droit international*, v. 108, 1981, p. 298. Este autor refere que as “lois de police” não subtraem à ordem jurídica estrangeira uma parte da matéria que é atribuída pelas normas de conflitos bilaterais, mas substituem pontualmente, em função do seu conteúdo, as regras correspondentes desta ordem.

<sup>9</sup> Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 932 e ss.; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 667; BRITO, Maria Helena, “Direito aplicável ao contrato internacional de trabalho. Algumas considerações a propósito do Código do Trabalho”, in: *Estudos em memória do Conselheiro Luís Nunes de Almeida*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007, p. 122; BRITO, Maria Helena, “Direito Internacional Privado Sob Influência do Direito Europeu”, Lisboa: Âncora Editora, 2017, p. 109; FERRER CORREIA, “Lições...”, p. 161; BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 279; LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 278; PISSARRA; CHABERT, “Normas de Aplicação Imediata...”, p. 25 e ss.

<sup>10</sup> BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 277; FERRER CORREIA, “Lições...”, p. 161; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 843; BRITO, “Direito Internacional Privado...”, p. 109. No sentido de que as normas de aplicação imediata não são uma modalidade das normas autolimitadas, ver LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 270.

<sup>11</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 848.

<sup>12</sup> BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 279; FERRER CORREIA, “Lições...”, p. 161; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 846 e ss.; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 659 e ss.

<sup>13</sup> As normas que limitam o seu âmbito de aplicação são apeladas de “normas materiais autolimitadas *stricto sensu*”. Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 848.

das normas de aplicação imediata colhe a maioria dos sufrágios dos autores Portugueses<sup>14</sup>. O fim prosseguido pela norma de aplicação imediata, dotado de uma “especial «intensidade valorativa»”<sup>15</sup>, dita, então, o seu âmbito de aplicação espacial.

Para MARQUES DOS SANTOS, as especiais razões de imperatividade inerentes a estas normas radicam num “*interesse público* [...]”, ou, *rectius*, um *interesse do Estado*, na conformação, na modelação, na orientação segundo um determinado fim [...] da actividade jurídico-privada dos sujeitos de direito.”<sup>16</sup>

Para MOURA RAMOS, os comandos de conduta das normas de aplicação imediata aplicam-se por razões de “«*pubblica utilitas*», tornados inafastáveis para o legislador”<sup>17</sup>. Segundo este autor, é no fundamento de prossecução de políticas legislativas que o legislador define um específico âmbito de aplicação que garantirá a tutela de determinados valores e interesses tidos como fundamentais para a organização do Estado<sup>18</sup>, que não poderão ceder perante os “interesses tipicamente envolvidos nas situações internacionais”<sup>19</sup>. No entanto, o autor segue a posição de que a elasticidade característica deste tipo de normas não permite a

---

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 940; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 673; BRITO, “Direito aplicável ao contrato internacional de trabalho. Algumas considerações a propósito do Código do Trabalho”, p. 122; BRITO, “Direito Internacional Privado...”, p. 109; FERRER CORREIA, “Lições...”, p. 161; BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 279. No sentido de que as normas de aplicação imediata não se podem caracterizar pelo seu conteúdo e fim e de que o âmbito de aplicação espacial não resulta de uma valoração material da norma, cfr. LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 272 e 278. Na Doutrina estrangeira, relativamente ao texto, cfr. MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 291; AUDIT, Bernard; D’AVOUT, Louis, “Droit International Privé”, 7. ed. Paris: Ed. Economica, 2013, p. 165; MOSCONI, Franco, “Diritto Internazionale Privato e Processuale: Parte Generali e Contratti”, Turim: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 2000, p. 135; LOUSSOUARN, Yvon; BOUREL, Pierre; VAREILLES-SOMMIÈRES, Pascal de, “Droit International Privé”, 10. ed. Paris: Éditions Dalloz, 2013, p. 171; BONOMI, Andrea, “Le Norme Imperative nel Diritto Internazionale Privato”, Zurique: Schulthess Polygraphischer Verlag, 1998, p. 79. Este autor cita, por sua vez, DE NOVA, Rodolfo, “I conflitti di leggi e le norme con apposita delimitazione della sfera di efficacia”, *Diritto Internazionale*, v. I, 1959.

<sup>15</sup> Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 898.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 934.

<sup>17</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 669 e ss.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 667.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 673 e ss.

determinação de um “«common core» que, em termos de substância, [caracterize] as leis de aplicação imediata”<sup>20</sup>.

Para BAPTISTA MACHADO, trata-se sobretudo de normas “do *ius cogens* (em geral, normas proibitivas) de carácter económico-financeiro e social [...] que afectam a validade de certos negócios ou de certas cláusulas negociais”<sup>21</sup>, tendo o autor, portanto, um entendimento mais restritivo dos fins prosseguidos pelas normas de aplicação imediata do que a generalidade dos autores Portugueses, de entre os quais se encontram ainda MARIA HELENA BRITO, para quem as normas de aplicação imediata são “[...] normas imperativas que, pelo seu conteúdo, finalidade e posição no ordenamento em que se inserem, reclamam aplicação mesmo às situações internacionais sujeitas a um direito estrangeiro [...]”<sup>22</sup>, aplicação essa que é ditada por considerações de interesse público<sup>23</sup>, e FERRER CORREIA, que refere que as normas sob análise “[correspondem] a um interesse fundamental da organização política, social ou económica do Estado, [não estando] sujeitas às normas gerais do sistema do DIP”<sup>24</sup>.

Por nosso lado, acolhemos a posição de que o fim prosseguido pelas normas de aplicação imediata reflete um interesse estadual, não diferindo no essencial das posições de MARQUES DOS SANTOS e FERRER CORREIA, fim que determinará o âmbito de aplicação espacial da norma.

As normas de aplicação imediata enquanto categoria autónoma definida nos moldes expostos neste Título não têm sido isentas de críticas nalguma Doutrina, Portuguesa e estrangeira. LIMA PINHEIRO é adverso ao adjetivo “imediata”, porquanto considera que a aplicação da norma material “depende de uma norma de conflitos *ad hoc* ou de uma valoração conflitual casuística” e, por estas razões,

---

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 670.

<sup>21</sup> BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 280.

<sup>22</sup> BRITO, “Direito aplicável ao contrato internacional de trabalho. Algumas considerações a propósito do Código do Trabalho”, p. 122; BRITO, “A Representação...”, p. 705 e ss.

<sup>23</sup> BRITO, “Direito Internacional Privado...”, p. 109 e ss.

<sup>24</sup> FERRER CORREIA, “Lições...”, p. 161.



“nunca é imediatamente aplicável”, mas indiretamente<sup>25</sup>, pelo que prefere a expressão “aplicação necessária”. O mesmo autor não reconhece, ademais, as normas de aplicação imediata como uma categoria de normas e como uma modalidade das normas autolimitadas, entende antes que as “normas de aplicação necessária” são um “*modo de atuação de certas «normas autolimitadas»*”<sup>26</sup>. Observa também a impossibilidade de se caracterizar as “normas de aplicação necessária” pelo seu conteúdo e fim, dado as múltiplas finalidades que estas normas prosseguem<sup>27</sup>, definindo-as, então, por um critério formal<sup>28</sup>. Por último, o autor refere que não se pode deduzir o âmbito de aplicação espacial do conteúdo e fim de uma norma material, mas apenas de uma valoração conflitual que é exterior a essa norma, razão pela qual lhe são suscitadas reservas quanto à expressão “norma autolimitada” entendida como norma material que delimita o seu próprio âmbito de aplicação espacial<sup>29</sup>.

LOUSSOUARN, BOUREL e VAREILLES-SOMMIÈRES tecem críticas à conceção das normas de aplicação imediata tal como ela tem sido apresentada neste Título. Em primeiro lugar, salientam a impossibilidade de definir de forma clara os contornos das *lois de police* visto que não há realmente diferença entre a natureza das *lois de police* e a de todas as outras leis: para os autores, todas as leis tendem praticamente a garantir os interesses económicos ou sociais<sup>30</sup> (finalidade que é geralmente apontada às normas de aplicação imediata). Em segundo lugar, consideram que não é possível admitir a existência de uma categoria, de um bloco homogéneo, das *lois de police*, dado que a qualificação destas normas resulta de um exame concreto de cada disposição legislativa<sup>31</sup>. Em terceiro lugar, a conceção

---

<sup>25</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 278.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 270.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 272.

<sup>28</sup> “São normas que em determinados casos reclamam aplicação apesar [de] ser competente, segundo o Direito de Conflitos geral, uma lei estrangeira.” Aqui reside, para o autor, o critério formal caracterizador das “normas suscetíveis de aplicação necessária”. Cfr. *Ibid.*, p. 270.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 278.

<sup>30</sup> LOUSSOUARN; BOUREL; VAREILLES-SOMMIÈRES, “DIP”, p. 162 e ss.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 163.

de *lois de police* comporta, para os autores, um risco de arbitrariedade na sua definição dada pelo juiz, que não é orientado por critérios e diretrizes precisos, ao mesmo tempo que põem em dúvida a solidez da criação de um sistema baseado em exceções de disposição a disposição<sup>32</sup>.

Desde que FRANCESCAKIS pôs em evidência o mecanismo das normas de aplicação imediata é corrente a discussão sobre a existência de um método próprio das *lois de police*<sup>33</sup> e sobre a articulação desse método com o método conflitual clássico das normas de conflitos.

Para o próprio autor Grego, as normas de aplicação imediata não se acomodam ao procedimento das normas de conflitos pela razão de que elas reclamam um âmbito de aplicação exorbitante às soluções obtidas pelo procedimento conflitual<sup>34</sup>. Deve-lhes, então, ser reconhecida uma autonomia coexistente com as normas de conflitos<sup>35</sup>.

No mesmo sentido aponta MAYER, que vê no mecanismo das normas de aplicação imediata um método único, no qual as normas de aplicação imediata se aplicam, conforme o Estado que as editou, a todas as relações jurídicas que apresentam uma dada ligação com esse Estado, independentemente do que dispõe a norma de conflitos<sup>36</sup>.

MARQUES DOS SANTOS considera que as normas de aplicação imediata constituem “um dos bastiões da positividade” do método unilateralista e, portanto, nega qualquer absorção daquelas no sistema geral conflitual<sup>37</sup>. Reconhecendo as normas de aplicação imediata como um método autónomo, proclama a sua excecionalidade face ao método geral conflitual<sup>38</sup>. Para este autor, o método das

---

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 163 e ss.

<sup>33</sup> Entendidas como normas de aplicação imediata.

<sup>34</sup> FRANCESCAKIS, “Quelques précisions sur les «lois d’application immédiate» et leurs rapports avec les règles de conflits de lois”, p. 7.

<sup>35</sup> FRANCESCAKIS, “La théorie du renvoi...”, p. 15.

<sup>36</sup> MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 287.

<sup>37</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 961.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 976.

normas de aplicação imediata tem prevalência sobre o método conflitual, na medida em que as normas de aplicação imediata têm prevalência sobre as normas de conflitos. Os fins e objetivos prosseguidos pelas normas de aplicação imediata dotados de uma “particular intensidade valorativa” justificam, para o autor, essa prevalência e excecionalidade.

FERRER CORREIA identifica no Direito Internacional Privado atual “diferentes meios ou vias metodológicas” que são utilizados para atingir os seus objetivos: “[o] seu método é pluralista, multidimensional.”<sup>39</sup> As normas de aplicação imediata constituem, para o autor, uma solução metodológica complementar do método conflitual, e não substitutiva do mesmo<sup>40</sup>. No entanto, não deixa de reservar às normas de aplicação imediata uma categoria autónoma relativamente às regras de conflitos, autonomia que é reconhecida ademais por textos de direito positivo vigentes em ordenamentos jurídicos nacionais<sup>41 42</sup>.

MARIA HELENA BRITO considera que o método tradicional do Direito Internacional Privado é permeável a valores materiais, o que lhe permite o reconhecimento de “outros métodos na regulação das situações da vida privada internacional”, de entre os quais se encontram as normas de aplicação imediata<sup>43</sup>.

Por sua vez, LIMA PINHEIRO sublinha o carácter excecional das normas de aplicação imediata face ao método conflitual<sup>44</sup>. Defende que a “excecionalidade

---

<sup>39</sup> FERRER CORREIA, “Lições...”, p. 167.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 165.

<sup>41</sup> O autor cita o art. 34º da Lei de Introdução ao Código Civil Alemão, de 27 de julho de 1986, o art. 19º da Lei federal Suíça, de 18 de dezembro de 1987 e o nº 2 do art. 7º da Convenção de Roma sobre a lei aplicável às obrigações contratuais. Para além destes, em vigor no ordenamento jurídico Português, refira-se a título de exemplo o art. 9º do Regulamento nº 593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Roma I), o art. 16º do Regulamento nº 864/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais, o art. 23º do Decreto-Lei nº 446/85, de 25 de outubro, que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais, o nº 2 do art. 2º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, que aprova do novo regime jurídico da concorrência e o art. 38º do Decreto-Lei 178/86, de 3 de julho, que regulamenta o contrato de agência ou representação comercial.

<sup>42</sup> FERRER CORREIA, “Lições...”, p. 162.

<sup>43</sup> BRITO, “Direito Internacional Privado...”, p. 107 e ss.

<sup>44</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 272.

das normas de aplicação imediata deve ser essencialmente garantida pela contenção do legislador estadual” na atribuição do caráter de aplicação imediata a normas materiais imperativas internas<sup>45</sup>. Por entender que as normas de aplicação imediata não podem ser caracterizadas pelo seu conteúdo e fim, mas antes por um critério formal, i.e., conflitual, e que o âmbito de aplicação espacial de uma norma material internacionalmente imperativa não pode ser deduzido do seu conteúdo e fim mas apenas por um raciocínio conflitual, o autor conclui que as “normas «autolimitadas» de aplicação necessária não constituem [...] uma alternativa ao processo conflitual ou de regulação indireta, mas uma manifestação de um *certo tipo de unilateralismo, que coloca o problema do Direito aplicável em função de normas individualizadas* [...]”<sup>46</sup>.

Ante as críticas tecidas à conceção das normas de aplicação imediata mencionadas *supra*, LOUSSOUARN, BOUREL e VAREILLES-SOMMIÈRES consideram que as *lois de police* não constituem verdadeiramente um método distinto do método conflitual clássico<sup>47</sup>, não deixando de reconhecer o unilateralismo e a existência de uma ligação entre o elemento de conexão e o objetivo prosseguido pela norma como suas características. Os autores veem as *lois de police* como um “mal nécessaire” que representa um elemento perturbador da coordenação dos sistemas jurídicos<sup>48</sup>.

As normas de aplicação imediata encontraram, pela primeira vez, no ordenamento jurídico Português, uma definição legal no momento da entrada em vigor do Regulamento nº 593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Regulamento Roma I). A definição legal foi acolhida no nº 1 do art. 9º do Regulamento: “As normas de aplicação imediata são disposições cujo respeito é considerado fundamental por um país para a salvaguarda do interesse público, designadamente

---

<sup>45</sup> *Ibid.*

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 277.

<sup>47</sup> LOUSSOUARN; BOUREL; VAREILLES-SOMMIÈRES, “DIP”, p. 171.

<sup>48</sup> *Ibid.*

a sua organização política, social ou económica, ao ponto de exigir a sua aplicação em qualquer situação abrangida pelo seu âmbito de aplicação, independentemente da lei que de outro modo seria aplicável ao contrato, por força do presente regulamento.”<sup>49</sup>

A inspiração deste preceito remonta ao caso *Arblade*<sup>50</sup>, no qual as “leis de polícia e de segurança” são definidas como “disposições nacionais cuja observância foi considerada crucial para a salvaguarda da organização política, social ou económica do Estado-Membro em causa, a ponto de impor o seu respeito a qualquer pessoa que se encontre no território nacional desse Estado-Membro ou a qualquer relação jurídica neste localizada”, uma referência clara à formulação de *Francescakis*.

O preceito do n.º 1 do art. 9.º do Regulamento Roma I é inovador face ao seu antecessor, o art. 7.º da Convenção de Roma de 1980 sobre a lei aplicável às obrigações contratuais<sup>51</sup>, na medida em que introduz um critério material que identifica este tipo de normas: “são disposições cujo respeito é considerado fundamental por um país para a salvaguarda do interesse público, designadamente a sua organização política, social ou económica [...]”. Por outro lado, mantém o critério formal, ou conflitual, utilizado no art 7.º da Convenção de Roma: “[...] ao ponto de exigir a sua aplicação em qualquer situação abrangida pelo seu âmbito de aplicação, independentemente da lei que de outro modo seria aplicável ao contrato, por força do presente regulamento.” Os critérios material e formal identificam

---

<sup>49</sup> Comparar definição semelhante de “disposições imperativas” contida no Regulamento n.º 2016/1103 do Conselho, de 24 de junho de 2016, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais, no seu n.º 2 do art. 30.º, e no Regulamento n.º 2016/1104 do Conselho, de 24 de junho de 2016, que implementa a cooperação reforçada no domínio da competência, da lei aplicável, do reconhecimento e da execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas, no seu n.º 2 do art. 30.º.

<sup>50</sup> Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 23-11-1999, Processos apensos C-369/96 e C-376/96, disponível no site [curia.europa.eu](http://curia.europa.eu).

<sup>51</sup> N.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma: “Ao aplicar-se, por força da presente convenção, a lei de um determinado país, pode ser dada prevalência às disposições imperativas da lei de outro país com o qual a situação apresente uma conexão estreita se, e na medida em que, de acordo com o direito deste último país, essas disposições forem aplicáveis, qualquer que seja a lei reguladora do contrato. Para se decidir se deve ser dada prevalência a estas disposições imperativas, ter-se-á em conta a sua natureza e o seu objecto, bem como as consequências que resultariam da sua aplicação ou da sua não aplicação.”

estas normas: a fundamentalidade dos fins prosseguidos pela norma de aplicação imediata, segundo este preceito, exige a sua aplicação às situações que caem no seu âmbito de aplicação, independentemente do que dispõe a norma de conflitos. Por outras palavras, não seriam qualificadas de normas de aplicação imediata as normas imperativas que não fossem consideradas fundamentais por um país para a salvaguarda do seu interesse público e que não traçassem, explícita ou implicitamente, o seu âmbito de aplicação espacial. Podemos deduzir do texto que um critério supõe o outro, e que acolhe as posições dos autores que defendem a existência de uma ligação entre o fim da norma de aplicação imediata e o seu âmbito de aplicação espacial<sup>52 53</sup>.

Muitos autores veem a inserção de uma definição de normas de aplicação imediata tal como ela vem descrita no n.º 1 do art. 9.º como uma restrição relativa à atribuição do carácter de aplicação imediata a uma norma imperativa, comparativamente com o anterior regime do art. 7.º da Convenção de Roma<sup>54</sup>. Esta restrição resulta, essencialmente, do critério material da definição, que é centrado no “interesse público”. Certos autores mostram-se céticos em relação à extensão material do conceito “interesse público”. Particularmente, se neste conceito estão abrangidas as normas imperativas que prosseguem uma finalidade baseada na proteção de interesses privados de certas categorias de indivíduos (como a proteção da parte mais fraca numa relação contratual), reconhecidas ademais como normas de aplicação imediata na Doutrina e Jurisprudência de alguns Estados-

---

<sup>52</sup> Ver nota 14.

<sup>53</sup> O preceito não deixa de permitir aos Estados-Membros a determinação do carácter de norma de aplicação imediata a uma norma imperativa interna. Neste sentido, ver GALVÃO TELES, Eugénia, “A noção de normas de aplicação imediata no Regulamento Roma I: Uma singularidade legislativa”, in: *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, Coimbra: Almedina, 2012, p. 808; LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 273 e ss.; BONOMI, Andrea; VOLKEN, Paul, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, *Yearbook of Private International Law*, v. X, 2009, p. 289; BISPING, Christopher, “The common european sales law, consumer protection and overriding mandatory provisions in private international law”, *International & Comparative Law Quarterly*, v. 62, 2013, p. 479.

<sup>54</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 310; GALVÃO TELES, “A noção de normas de aplicação imediata no Regulamento Roma I: Uma singularidade legislativa”, p. 807; BONOMI; VOLKEN, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, p. 289; BUREAU, Dominique; D’AVOUT, Louis, “Les lois de police étrangères devant le juge français du contrat international”, *La Semaine Juridique*, v. 19–20, 2010, p. 530.

Membros, de entre os quais se inclui Portugal. LIMA PINHERO, EUGÉNIA GALVÃO TELES e BONOMI e VOLKEN parecem convergir no sentido de que atribuem uma interpretação extensiva ao conceito “interesse público”<sup>55</sup>: este incluiria, assim, as normas protetoras da parte mais fraca numa relação contratual. Tal raciocínio é explicado com recurso à jurisprudência comunitária: as decisões do Tribunal de Justiça - caso *Arblade* e caso *Unamar*<sup>56</sup> – apontam no sentido de incluir na categoria de normas de aplicação imediata normas protetoras da parte contratual tipicamente mais fraca<sup>57</sup>. Desta forma, a restrição material apontada ao preceito relativamente à qualificação de uma norma imperativa enquanto norma de aplicação imediata seria atenuada.

---

<sup>55</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 274; GALVÃO TELES, “A noção de normas de aplicação imediata no Regulamento Roma I: Uma singularidade legislativa”, p. 813 e ss.; BONOMI; VOLKEN, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, p. 293.

<sup>56</sup> Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 17-10-2013, Processo C-184/12, disponível no site [curia.europa.eu](http://curia.europa.eu).

<sup>57</sup> No caso *Arblade* estava em causa a proteção de um trabalhador; no caso *Unamar* a proteção de um agente comercial. Em ambos os casos não foi aplicável o art. 9º do Regulamento Roma I, o que não impede que sejam tomados em consideração como indícios de interpretação do preceito.

## **II. Princípios e fundamentos atinentes à atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras**

Neste capítulo abordar-se-ão os princípios e fundamentos discutidos na Doutrina atinentes à atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pelo Tribunal do Estado do foro.

Tem sido referido que o Direito Internacional Público não contém qualquer normativo que obrigue um Estado a tomar em consideração ou aplicar uma norma que prossiga interesses do Estado que a promulgou<sup>58</sup>. Consequentemente, nada obriga o Tribunal do foro a aplicar ou tomar em consideração uma norma de aplicação imediata estrangeira pela estrita razão da prossecução de políticas legislativas desenvolvidas por Estados estrangeiros<sup>59</sup>. A decisão de atribuir relevância a uma norma de aplicação imediata estrangeira por razões de prossecução de interesses de Estados estrangeiros caberá, então, em última instância, ao Estado do foro, salvo disposto em contrário em convenções internacionais<sup>60 61</sup>.

Tem sido observada uma tendência na Doutrina Portuguesa para tratar a aplicação de normas de aplicação imediata estrangeiras não pertencentes à *lex causae* como um problema respeitante ao Estado do foro e solucionado apenas por

---

<sup>58</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 979.

<sup>59</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 692.

<sup>60</sup> Cfr. o n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (ao qual o Estado Português fez reserva), o art. 16.º da Convenção de Haia sobre a lei aplicável aos contratos de mediação e à representação e o n.º 3 do art. 9.º do Regulamento 593/2008 sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Roma I). Em todos os artigos referidos é facultada ao Tribunal do foro a *possibilidade* de atribuir relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras. A decisão de aplicar ou tomar em consideração uma norma de aplicação imediata estrangeira pela estrita razão de prossecução de interesses Estaduais estrangeiros é deixada sempre à consideração do Tribunal do foro.

<sup>61</sup> Tal não sucede com as normas de aplicação imediata do foro. O Tribunal terá de aplicá-las por razões de obediência ao seu legislador se elas se quiserem aplicar ao caso (i.e., o seu âmbito de aplicação espacial compreender os factos do caso) e existir uma conexão estreita entre a ordem jurídica do foro e a situação a regular.



este<sup>62</sup>. Porque os Tribunais apenas estão vinculados à aplicação de normas de aplicação imediata do foro (e, acrescentamos nós, à aplicação de normas de aplicação imediata estrangeiras que se queiram aplicar e que integram o instituto visado na regra de conflitos do foro), MARQUES DOS SANTOS manifesta a necessidade de os Estados atribuírem relevância (no sentido de aplicação) a normas de aplicação imediata estrangeiras, necessidade essa resultante do respeito pelo princípio da igualdade que postula a paridade de tratamento entre as normas de aplicação imediata do foro e estrangeiras<sup>63</sup>. A solução proposta pelo autor para atender a essa necessidade passa pela criação pelo Estado do foro de regras de reconhecimento de normas de aplicação imediata estrangeiras<sup>64</sup>. No fundo, as regras de reconhecimento propostas dariam um título e legitimariam a relevância de normas de aplicação imediata estrangeiras na ordem jurídica do foro, em concordância com as condições e limites designados por esta ordem<sup>65 66</sup>.

LIMA PINHEIRO defende, por sua vez, a criação de normas de remissão condicionada “a certas categorias de normas imperativas vigentes em Estados que apresentam determinada conexão com a situação.”<sup>67</sup> Segundo o autor, este tipo de normas, na qualidade de “normas de conexão especiais”, remeterá para normas que estejam na disposição de se aplicar. As normas de aplicação imediata estrangeiras, nomeadamente (o autor inclui também categorias de normas imperativas cuja vontade de aplicação é determinada pelo respetivo sistema de conflitos),

---

<sup>62</sup> Cfr. MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 694; LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 299; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1046 e ss., referindo-se a normas de aplicação imediata estrangeiras, não distinguindo normas pertencentes à *lex causae* e normas não pertencentes à *lex causae*; MOURA VICENTE, Dário, “Da Responsabilidade Pré-Contratual em Direito Internacional Privado”, Coimbra: Livraria Almedina, 2001, p. 649.

<sup>63</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1046.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 1041.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 1046.

<sup>66</sup> O autor dá como exemplo que preenche o tipo das normas propostas o n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma. Ao que cremos, também o n.º 3 do art. 9.º do Regulamento Roma I preenche este tipo de normas, porquanto legitima a aplicação de normas de aplicação imediata estrangeiras (pertencentes à lei do país em que as obrigações decorrentes do contrato devam ser ou tenham sido executadas, na medida em que essas normas determinam a ilegalidade da execução do contrato) no ordenamento jurídico do foro.

<sup>67</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 308.

encontrariam nas normas de remissão condicionada um título de aplicação na ordem jurídica do foro, e seriam deste modo legitimadas. Fora deste âmbito, o mesmo autor não exclui que subsidiária e excecionalmente possam ser encontradas outras soluções de atribuição de relevância a normas de aplicação imediata não pertencentes à *lex causae*, como a aplicação analógica de normas que tratem da relevância de certas normas imperativas de terceiros ordenamentos (posição adotada apenas de *iure condendo*, já não de *iure constituto*)<sup>68</sup>, ou a criação, pelo intérprete, de “soluções conflituais especiais, que atribuem um título de aplicação a normas imperativas de terceiros Estados” ainda que seguida por “diretrizes metodológicas estritas”, quando esteja perante uma “lacuna oculta”<sup>69</sup>. Este último tipo de soluções passaria pela bilateralização dos critérios de conexão das normas unilaterais “ad hoc” ligadas às normas imperativas do foro, segundo o autor.

Já MOURA VICENTE não exclui que os Tribunais do foro possam atribuir efeito a disposições imperativas não pertencentes à *lex causae* mesmo na falta de “regras de conflitos” ou “regras auxiliares de regras de conflitos” como a contida no n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma<sup>70 71</sup>. O autor diz que determinados valores, interesses e princípios<sup>72</sup> podem legitimar a concessão de efeitos de disposições imperativas estrangeiras não pertencentes à *lex causae* na ordem jurídica interna à luz das circunstâncias do caso concreto, na condição de a disposição imperativa se querer aplicar ao caso, existir uma “conexão espacial suficientemente estreita” entre a lei a que a mesma pertence e a situação

---

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 310.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 317.

<sup>70</sup> Não aplicável na ordem jurídica Portuguesa por ter sido feita uma reserva a este preceito por parte do Estado Português.

<sup>71</sup> MOURA VICENTE, “Da Responsabilidade...”, p. 663.

<sup>72</sup> O autor refere a harmonia de julgados, o princípio da unidade da ordem jurídica, a cooperação internacional, a tutela da confiança legítima nas relações privadas internacionais, o cotejo dos fins visados pelas disposições imperativas de ordenamentos jurídicos não pertencentes à *lex causae* com os interesses públicos ou sociais prosseguidos pelo Estado do foro, valores e interesses estes desenvolvidos *infra* neste capítulo.

controvertida e haver uma “convergência de valores e de objetivos jurídico-políticos entre a *lex fori* e a lei estrangeira”<sup>73</sup>.

MOURA RAMOS, admitindo que as normas de aplicação imediata não incluídas no âmbito de competência atribuído pelas normas de conflitos do foro não justificam, pela essencialidade de que se revestem, por si só, a sua aplicação na ordem jurídica do foro, defende que tais normas não devem ser ignoradas pelo Tribunal do foro e a sua “relevância, reconhecimento ou aplicação” deverá decorrer dos “comandos, regras ou princípios do ordenamento jurídico foro”<sup>74</sup>. Está implícito na exposição do autor a possibilidade de atribuição de relevância às normas em questão mesmo não existindo regras como a do n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma no ordenamento jurídico do foro<sup>75</sup>. O autor refere como requisitos de aplicação da norma de aplicação imediata estrangeira não pertencente à *lex causae* a vontade de aplicação da própria norma e um “interesse geral da ordem jurídica do foro”<sup>76</sup>.

Há, no entanto, posições divergentes na Doutrina Portuguesa das que têm vindo a ser mencionadas, no sentido de não reconhecerem de toda relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras que estão fora do âmbito de competência atribuído pelas normas de conflitos do Direito Internacional Privado do foro. BAPTISTA MACHADO refere que uma norma de aplicação imediata estrangeira está somente dependente de uma determinação de “*aplicabilidade*” de uma regra de conflitos do foro<sup>77</sup>, a qual fixa a condição de relevância da primeira, que constitui o objeto da segunda<sup>78</sup>.

---

<sup>73</sup> MOURA VICENTE, “Da Responsabilidade...”, p. 663.

<sup>74</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 694.

<sup>75</sup> O autor admite a existência de “princípios” que legitimam a aplicação de normas de aplicação imediata não pertencentes à *lex causae* na ordem jurídica do foro.

<sup>76</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 717 e ss.

<sup>77</sup> BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 277.

<sup>78</sup> Para o autor, o pressuposto da relevância de uma norma de aplicação imediata estrangeira será um “*quid extrínseco à [sua] facti-species*”, desencadeado somente através da regra de conflitos do Direito Internacional Privado do foro. Cfr. *Ibid.*, p. 276.

Apesar de o nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma constituir um título de atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras no ordenamento jurídico do foro, o Estado Português reservou-se o direito de não aplicar o preceito, como o prevê a alínea a) do nº 1 do art. 22º do mesmo diploma. Não obstante, existem outras disposições em vigor no ordenamento jurídico Português que constituem títulos de atribuição de relevância a esta categoria de normas estrangeiras. Como exemplo refira-se o nº 3 do art. 9º do Regulamento nº 593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008 (Roma I), sobre a lei aplicável às obrigações contratuais<sup>79</sup>; o art. 17º do Regulamento nº 864/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de julho de 2007, relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais (Roma II)<sup>80</sup>; o art. 16º da Convenção de Haia sobre a Lei Aplicável aos Contratos de Mediação e à Representação, de 14 de março de 1978<sup>81</sup>; o art. 69º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro<sup>82</sup>, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural; o nº 2 do art. 23º do Decreto-Lei nº 446/85, de 25 de outubro, que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais<sup>83</sup>; o nº 3, *in fine*, do art. 45º do Código Civil<sup>84</sup>.

---

<sup>79</sup> Nº 3 do art. 9º: “Pode ser dada prevalência às normas de aplicação imediata da lei do país em que as obrigações decorrentes do contrato devam ser ou tenham sido executadas, na medida em que, segundo essas normas de aplicação imediata, a execução do contrato seja ilegal. Para decidir se deve ser dada prevalência a essas normas, devem ser tidos em conta a sua natureza e o seu objecto, bem como as consequências da sua aplicação ou não aplicação.”

<sup>80</sup> Art. 17º: “Ao avaliar o comportamento da pessoa cuja responsabilidade é invocada, são tidas em conta, a título de matéria de facto e na medida em que for apropriado, as regras de segurança e de conduta em vigor no lugar e no momento em que ocorre o facto que dá origem à responsabilidade.”

<sup>81</sup> Art. 16º da Convenção de Haia: “Na aplicação da presente Convenção poderá atribuir-se efeito às disposições imperativas de qualquer Estado com o qual a situação apresente uma conexão efectiva, se e na medida em que, segundo o direito desse Estado, tais disposições forem aplicáveis, qualquer que seja a lei designada pelas suas regras de conflito.”

<sup>82</sup> Art. 69º da Lei nº 107/2001: “Em condições de reciprocidade, consideram-se nulas as transacções realizadas em território português incidentes sobre bens pertencentes ao património cultural de outro Estado e que se encontrem em território nacional em consequência da violação da respetiva lei de protecção.”

<sup>83</sup> Nº 2 do art. 23º: “No caso de o contrato apresentar uma conexão estreita com o território de outro Estado membro da Comunidade Europeia aplicam-se as disposições correspondentes desse país na medida em que este determine a sua aplicação.”

<sup>84</sup> Nº 3 do art. 45º: “Se, porém o agente e o lesado tiverem a mesma nacionalidade ou, na falta dela, a mesma residência habitual, e se encontrarem ocasionalmente em país estrangeiro, a lei aplicável será a da

Têm sido propostos pela Doutrina princípios que justificam a atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras no ordenamento jurídico do foro.

Como referido, o princípio da igualdade reclama igual tratamento entre normas de aplicação imediata do foro e estrangeiras<sup>85</sup>. Se, por um lado, é geralmente aceite a especificidade das normas de aplicação imediata do foro enquanto normas materiais que comportam “imperiais razões de justiça material”<sup>86</sup> e por estas razões são definidoras do seu âmbito de aplicação espacial, o princípio da igualdade ditaria uma atuação das normas de aplicação imediata estrangeiras nos mesmos moldes em que as normas de aplicação imediata do foro atuam na ordem jurídica do foro.

O princípio da harmonia internacional de decisões é geralmente referido pela Doutrina como tendente a fundamentar a aplicação das normas de aplicação imediata estrangeiras no ordenamento jurídico do foro<sup>87</sup>. O facto de, por um lado, os Estados com competência para julgar o caso aplicarem as suas normas de aplicação imediata independentemente da norma de conflitos do foro e, por outro, não aplicarem as normas de aplicação imediata de Estados estrangeiros que aí são aplicáveis independentemente da norma de conflitos correspondente poderá levar a soluções divergentes consoante a competência do Estado para julgar a situação controvertida. Se, pelo contrário, cada Estado atribuir, neste particular, relevância a uma norma de aplicação imediata estrangeira que se queira aplicar

---

nacionalidade ou da residência comum, *sem prejuízo das disposições do Estado local que devam ser aplicadas indistintamente a todas as pessoas.*” (meu sublinhado).

<sup>85</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1041 e ss.

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 1042.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 1041 e ss.; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 716; MOURA VICENTE, “Da Responsabilidade...”, p. 652; MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 321; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 229; BONOMI; VOLKEN, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, p. 298.

independentemente da norma de conflitos, tal poderá levar à harmonia internacional de decisões<sup>88</sup>.

O princípio da cooperação internacional entre os Estados é visto como um factor de não rejeição *apriorística* da aplicação ou tomada em consideração de normas de aplicação imediata estrangeiras<sup>89</sup>. Em oposição a este princípio encontram-se as formas de nacionalismo jurídico, v.g. as expressas na atribuição de um âmbito de eficácia exorbitante a normas de aplicação imediata do foro<sup>90</sup>. O princípio ganha mais relevância tratando-se de Estados inseridos num espaço comum, como é a União Europeia<sup>91</sup>.

A ideia de reciprocidade também se faz sentir na Doutrina como contribuidora da atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras<sup>92</sup>. A probabilidade de os Estados verem respeitadas as suas disposições internacionalmente imperativas por Estados estrangeiros aumenta se eles próprios fizerem respeitar as disposições internacionalmente imperativas de outros Estados estrangeiros, e tanto mais com a celebração de tratados e convenções internacionais<sup>93</sup>.

Os interesses típicos das partes podem ser tidos em consideração pelo Tribunal do foro para aplicar uma norma internacionalmente imperativa que não

---

<sup>88</sup> Certos autores referem mesmo que a não tomada em consideração ou aplicação de uma norma de aplicação imediata estrangeira poderá levar a um conflito de deveres de uma das partes resultante da sujeição do indivíduo a preceitos concretamente incompatíveis entre si: a norma de aplicação imediata estrangeira poderá estar inserida num normativo que preveja consequências de direito privado que podem estar acompanhadas por sanções administrativas ou penais, as quais poderão submeter o indivíduo a deveres contrastantes e contraditórios em relação aos deveres decorrentes das obrigações resultantes da lei reguladora do contrato. Cfr. BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 229.

<sup>89</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1041 e ss.; MOURA VICENTE, “Da Responsabilidade...”, p. 653; AUDIT; D’AVOUT, “DIP”, p. 168; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 312; BONOMI; VOLKEN, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, p. 298.

<sup>90</sup> MOURA VICENTE, “Da Responsabilidade...”, p. 653.

<sup>91</sup> BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 318.

<sup>92</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 717; MAYER, Pierre; HEUZÉ, Vincent, “Droit International Privé”, 11. ed. Issy-les-Moulineaux: Lextenso éditions, 2014, p. 104; MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 321; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 312.

<sup>93</sup> De que são expressão os preceitos como o do n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma.

pertença à lei reguladora do contrato<sup>94</sup>. O princípio da tutela da confiança legítima nas relações privadas internacionais pode fundamentar a aplicação de uma norma de aplicação imediata pertencente a um terceiro Estado se as partes se conformaram nas suas posições contratuais com os efeitos desencadeados pela aplicação dessa norma, relevando a previsibilidade e segurança jurídicas, bem como a familiaridade das partes em relação à referida norma<sup>95</sup>.

O princípio da unidade da ordem jurídica é defendido, entre a Doutrina Portuguesa, por MOURA VICENTE, para reconhecer eficácia a normas de aplicação imediata estrangeiras que integram o ordenamento jurídico considerado competente pelas normas de conflitos do foro mas que ainda assim se encontram fora do âmbito temático visado por estas últimas. Reconhecendo as limitações que este princípio encontra na ordem jurídica Portuguesa<sup>96</sup>, o autor refere que “é a própria salvaguarda da unidade daquele sistema [designado pelas regras de conflitos do foro] que reclama o reconhecimento de eficácia às mesmas [disposições imperativas pertencentes ao sistema jurídico considerado competente e que se encontram fora do âmbito temático visado na regra de conflitos do foro]”.<sup>97</sup>

Autores há que consideram que os interesses Estaduais devem ser levados em conta na atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras<sup>98</sup>.

---

<sup>94</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 308; MOURA VICENTE, “Da Responsabilidade...”, p. 654; MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 320; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 303 e ss.; BONOMI; VOLKEN, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, p. 298.

<sup>95</sup> Referem-se como situações típicas aquelas em que uma das partes invoca a norma de aplicação imediata estrangeira para tornar inválido um contrato ou uma cláusula contratual ou para conservar o negócio na sua integridade. Cfr. BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 303 e ss.

<sup>96</sup> O autor alude ao *dépeçage* resultante da aplicação das normas do Direito Internacional Privado Português, que fracionam os diferentes aspetos da relação contratual, submetendo-os a diferentes leis.

<sup>97</sup> MOURA VICENTE, “Da Responsabilidade...”, p. 653.

<sup>98</sup> A descrição desta posição consta da seguinte obra: MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 349. Este autor cita BRAINERD CURRIE e a abordagem por este proposta da “governmental interest analysis”. No fundo, esta abordagem dita que a lei estrangeira (incluindo uma norma de aplicação imediata) “só pode ser aplicada se o Tribunal do foro tiver determinado que o Estado estrangeiro tem um interesse legítimo”, isto é, um interesse Estadual, na aplicação da sua lei. Cfr. *Ibid.*

Estes interesses deverão ser legítimos, *i.e.*, não deverão assumir um âmbito de aplicação exorbitante que traduzam uma atitude nacionalista ou imperialista do Estado estrangeiro<sup>99</sup> e não deverão atentar contra os interesses do Estado do foro ou de um Estado amigo do Estado do foro<sup>100</sup>.

De referir que há uma posição doutrinária que reconhece que à partida cada um dos princípios e interesses referidos não justifica por si só a atribuição de efeitos de normas de aplicação imediata estrangeiras. Essa atribuição deverá ser ponderada pelo Estado do foro numa lógica de caso a caso, consoante a relevância que cada princípio e interesse assume na situação controvertida concreta, por si só ou em conjugação com outros<sup>101</sup>.

Tem sido defendido que o Direito Comunitário é fonte de legitimação da relevância de normas de aplicação imediata estrangeiras no ordenamento jurídico do foro.

No tocante ao Direito Comunitário originário, constante dos Tratados fundadores da União Europeia, a atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras contribui para o respeito do princípio da uniformidade. Este princípio cobre o princípio da harmonia internacional das decisões, já abordado neste Título, o qual se relaciona com a redução da probabilidade de decisões contrastantes, objetivo que é prosseguido pelo princípio da uniformidade no que concerne as decisões dos Estados-Membros da União Europeia<sup>102</sup>.

Ainda no âmbito do Direito Comunitário originário, também o princípio do reconhecimento mútuo tem sido observado como servindo de base ao reconhecimento de normas de aplicação imediata estrangeiras no ordenamento jurídico do foro. Seja porque por via do princípio do reconhecimento mútuo se

---

<sup>99</sup> MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 323.

<sup>100</sup> MAYER; HEUZÉ, “DIP”, p. 104; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 310.

<sup>101</sup> MOURA VICENTE, “Da Responsabilidade...”, p. 657; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 312; MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 320.

<sup>102</sup> BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 328.



reconhecem situações jurídicas constituídas no estrangeiro (para fazer valer, v.g., o princípio da livre prestação de serviços) valoradas por uma norma de aplicação imediata estrangeira, caso em que a norma de aplicação imediata não é diretamente aplicada, mas apenas tomada em consideração<sup>103</sup>; seja porque o princípio do reconhecimento mútuo altera a vontade de aplicação – o âmbito de aplicação espacial – de uma norma de aplicação imediata estrangeira, que *ab initio* não se queria aplicar ao caso concreto, para fazer respeitar as quatro liberdades fundamentais (livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais<sup>104</sup>), e dita, deste modo, a aplicação efetiva de normas de aplicação imediata estrangeiras<sup>105</sup>; seja porque o princípio do reconhecimento mútuo “converte” determinados preceitos estrangeiros não reconduzíveis, à partida, à categoria de normas de aplicação imediata, em normas de aplicação imediata, em razão do respeito pelo princípio das quatro liberdades fundamentais<sup>106</sup>.

Os casos em que o princípio do reconhecimento mútuo atribui relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras que não seriam aplicadas ou tomadas em consideração sem atenção a esse princípio têm a especificidade de seguir interesses Comunitários e já não Estaduais<sup>107 108</sup>.

No respeitante ao Direito Comunitário derivado, constante de atos jurídicos da União - regulamentos, diretivas, decisões, pareceres e recomendações -, situações há em que a aplicação de uma norma de aplicação imediata de um outro Estado-Membro é imposto por um ato jurídico da União, v.g., uma diretiva<sup>109</sup>. A

---

<sup>103</sup> PISSARRA; CHABERT, “Normas de Aplicação Imediata...”, p. 76 e ss.

<sup>104</sup> Liberdades cobertas, precisamente, pelo princípio do reconhecimento mútuo.

<sup>105</sup> PISSARRA; CHABERT, “Normas de Aplicação Imediata...”, p. 79.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 81.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>108</sup> Pelo que, ao que cremos, não caem no âmbito material do art. 9º do Regulamento Roma I, cuja definição legal do nº 1 se dirige a disposições cujo respeito é considerado fundamental por um *país*, isto é, considerados fundamentais por um Estado. As normas de aplicação imediata referidas no texto ganham antes legitimidade, como se disse, do Direito Comunitário originário.

<sup>109</sup> BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 319.

título de exemplo, a Diretiva 96/71/CE, de dezembro de 1996<sup>110</sup>, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços, autoriza no seu art. 3º o Estado em que a atividade laboral é temporariamente prestada a conferir natureza de aplicação imediata a determinadas normas imperativas internas, com o fim de proteger os trabalhadores<sup>111 112</sup>, natureza que deverá ser reconhecida pelos outros Estados-Membros de forma a que assim se assegure a realização dos objetivos da diretiva<sup>113</sup>. O mesmo acontece com as normas que transpõem diretivas Comunitárias: estas deverão ser aplicadas se os factos do caso caírem no seu âmbito de aplicação espacial. Em ambos os casos, mais uma vez, trata-se da salvaguarda de interesses Comunitários e já não Estaduais<sup>114</sup>.

---

<sup>110</sup> Transposta para a ordem jurídica interna pela Lei nº 9/2000, de 15 de junho.

<sup>111</sup> Cfr. nº 1 do art. 3º da Diretiva sob análise: “Os Estados-membros providenciarão no sentido de que, *independentemente da lei aplicável à relação de trabalho*, as empresas referidas no nº 1 do artigo 1º garantam aos trabalhadores destacados no seu território as condições de trabalho e de emprego relativas às matérias adiante referidas que, no território do Estado-membro onde o trabalho for executado, sejam fixadas: [...]” (meu sublinhado).

<sup>112</sup> Paralelamente, o art. 2º da Lei nº 9/2000 confere às disposições materiais do art. 3º o carácter de normas de aplicação imediata, ao traçar o âmbito de aplicação espacial do diploma. Cfr. MARQUES DOS SANTOS, António, “Alguns princípios de Direito Internacional Privado e de Direito Internacional Público do Trabalho”, in: *Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Público*, Coimbra: Livraria Almedina, 2004, p. 112. A Lei nº 9/2000 foi, entretanto, revogada pelo nº 2 do art. 21º da Lei nº 99/2003, de 27 de agosto, que aprovou o Código do Trabalho, por sua vez revogada pelo nº 1 do art. 12º da Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprovou a revisão do Código do Trabalho, e que manteve, não obstante, praticamente o mesmo conteúdo dos artigos mencionados da Lei nº 9/2000.

<sup>113</sup> Neste sentido, cfr. BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 320.

<sup>114</sup> *Ibid.*

### **III. A atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae* em decisões de Tribunais Portugueses**

Neste capítulo ter-se-á em vista o tratamento dado pelos Tribunais Portugueses à aplicação de normas de aplicação imediata pertencentes à *lex causae*, isto é, à lei considerada competente pela norma de conflitos do foro. Analisar-se-ão os Acórdãos à luz das principais teses que têm reconhecido relevância e justificado a aplicação das normas de aplicação imediata pertencentes à *lex causae* e à luz dos principais problemas e preocupações presentes na Doutrina que acompanham esta matéria. Referir-se-á também a principal legislação que versa sobre o tema, mesmo não tendo necessariamente correspondência com a legislação aplicável pelos Tribunais nos casos analisados.

Todas as decisões examinadas que aplicam normas de aplicação imediata pertencentes à *lex causae*, i.e., aplicáveis pela mediação das normas de conflitos do foro, reportam-se a uma relação laboral. Certas normas pertencentes ao regime laboral têm sido consideradas pela generalidade da Doutrina como sendo normas de aplicação imediata, nomeadamente as normas que visam essencialmente equilibrar as posições das partes na relação contratual dada a diferença de poder negocial que entre elas possa existir<sup>115</sup>. Estas normas têm, assim, a função de proteger a parte considerada mais fraca e, deste modo, salvaguardar o interesse público do país em que se inserem, ainda que indiretamente através de interesses privados<sup>116</sup>. No entanto, as normas aplicáveis nos casos sob análise não têm a função de proteger os interesses da parte considerada mais fraca, mas diretamente os interesses Estaduais do país-empregador a que pertencem, como se verá.

---

<sup>115</sup> Cfr. LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 276; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 833; BRITO, “A Representação...”, p. 706; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 790 e ss.; AUDIT; D’AVOUT, “DIP”, p. 163 e ss.; MAYER; HEUZÉ, “DIP”, p. 549.

<sup>116</sup> Cfr. LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 274.

Todavia, os Tribunais nem sempre se dirigem expressamente à categoria das normas de aplicação imediata, embora utilizem expressões que lhes são contíguas e procedam à aplicação das normas estrangeiras ao caso concreto de modo a poder deduzir-se a sua natureza de normas de aplicação imediata tal como referido no Título I e definido nas disposições legais (nomeadamente no nº 1 do art. 9º do Regulamento de 17 de junho de 2008 sobre a lei aplicável às obrigações contratuais [Roma I]).

### **1. Decisões Jurisprudenciais**

No Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 23-05-2001<sup>117</sup>, o Tribunal aplica ao caso a lei do Estado de Angola, em concreto o regime especial do Estatuto do Trabalhador Cooperante disciplinado pela Lei 7/86, de 29 de março, apesar de não referir expressamente a mediação da norma de conflitos Portuguesa. Este Acórdão tem relevância para a temática da categorização da lei aplicável, também aplicada noutros Acórdãos sob análise, enquanto norma de aplicação imediata, pela explicação que dá à função que a norma desempenha na ordem jurídica em que se insere. O Tribunal, tal como os outros que tratam a aplicação da Lei 7/86, não se dirige às normas aplicáveis como normas de aplicação imediata. As normas inserem-se na matéria do direito do trabalho e regem, nomeadamente e para o que aqui releva, a duração do contrato de trabalho – sendo a duração do contrato de tempo determinado não convertível em tempo indeterminado - e a cessação do contrato de trabalho. As normas da Lei 7/86 regem os contratos de trabalho exercidos no território Angolano e celebrados por um trabalhador estrangeiro qualificado. O Tribunal refere as preocupações do legislador que subjazem a estas diretrizes: obviar à escassez de mão-de-obra no território de Angola através da contratação de trabalhadores estrangeiros qualificados “cooperantes”, e

---

<sup>117</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 23-05-2001, Processo 00S3597, Relator José Mesquita, disponível no site da DGSJ.

substituição destes por trabalhadores nacionais Angolanos “à medida que as metas do desenvolvimento do País [forem] alcançadas”. Também o Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12-01-1999<sup>118</sup>, se refere ao Estatuto do Trabalhador Cooperante de Angola, e à matéria da duração e cessação do contrato de trabalho em particular, como fazendo parte “da política de "angolanização" gradual do emprego em lugares-chaves da economia angolana” e que tal regime “interess[a] ao Estado Angolano”, “evita[ndo] [assim] a eternização de situações laborais contrárias aos princípios cuja observação o mesmo Estado angolano entende como basilares para a sua própria sobrevivência e identidade”. Poderemos concluir que tal regime, na ótica dos Tribunais Portugueses, é considerado fundamental pelo Estado Angolano para a salvaguarda do seu interesse público, designadamente a sua organização económica e social<sup>119</sup>, pelo que consideramos por estas razões que o regime pertence à categoria das normas de aplicação imediata, ainda que não expressamente assim reputadas pelos Tribunais que o aplicam.

Este último Acórdão considera como competente para regular o caso a ordem jurídica Angolana, e fá-lo segundo as normas de conflitos Portuguesas. Especifica que o Estatuto de Trabalhador Cooperante Angolano se caracteriza por ser uma lei especial, face ao regime geral que é estabelecido pela Lei Geral do Trabalho Angolana – Lei 6/81, de 24 de Agosto. Sublinha também, tal como o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12-07-2000<sup>120</sup>, e o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 27-09-2000<sup>121</sup>, o âmbito de aplicação espacial do mesmo regime: as suas disposições aplicam-se aos contratos de trabalho celebrados por trabalhadores estrangeiros com qualificação profissional técnica ou científica que exerçam trabalho no território de Angola. De referir que o Acórdão da Relação de Lisboa,

---

<sup>118</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12-01-1999, Processo 78/98, Relator Silva Campinho, Colectânea de Jurisprudência, Tomo I/1999.

<sup>119</sup> Ver título I.

<sup>120</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12-07-2000, Processo 99S231, Relator Almeida Devesa, disponível no site da DGSJ.

<sup>121</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 27-09-2000, Processo 00S1673, Relator Almeida Devesa, disponível no site da DGSJ.

de 16-11-2005<sup>122</sup>, utiliza uma fundamentação semelhante para a aplicação do Decreto-Lei 71/75, de 21 de Junho, da República de Moçambique, que regula o regime do emprego de trabalhadores estrangeiros que exerçam trabalho no território de Moçambique, em condições análogas às do Estatuto de Trabalhador Cooperante de Angola (Lei 7/86), e que preveem que os contratos de trabalho sejam celebrados a prazo e não sejam convertíveis em tempo indeterminado (normas por nós consideradas de aplicação imediata pelas mesmas razões explanadas para as normas da Lei 7/86 de Angola), por razões idênticas de preocupação económica e social do Estado de Moçambique. Também aqui o Tribunal considera competente para regular a situação a ordem jurídica Moçambicana segundo a norma de conflitos do nº 1 do art. 41º do Código Civil Português – as partes convencionaram como aplicável à relação laboral a lei Moçambicana. E tal como no Acórdão do Tribunal de Évora, de 12-01-1999, o Tribunal considerou aplicável os regimes especiais do Decreto-Lei 71/75 (análogo à Lei 7/86 de Angola tratada no Acórdão da Relação de Évora, de 12-01-1999).

Posta que está a descrição em traços gerais dos regimes aplicáveis em cada Acórdão - regimes pertencentes à *lex causae* porque indicada pela norma de conflitos Portuguesa - que correspondem no essencial a estatutos laborais que salvaguardam os interesses públicos dos Estados a que pertencem, i.e., do Estado de Angola e de Moçambique, e por isso mesmo considerados por nós como normas de aplicação imediata pelas especiais razões de imperatividade que as caracterizam, passaremos à descrição das teses que justificam e atribuem relevância, no plano teórico, a normas de aplicação imediata pertencentes à *lex causae*, e à sua identificação nas decisões examinadas.

---

<sup>122</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 16-11-2005, Processo 3787/2005-4, Relator Seara Paixão, disponível no site da DGSI.

## **1.1 À luz da teoria do estatuto obrigacional**

Como referido, consideramos que em todas as decisões são aplicadas normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae*. Na Doutrina este fenómeno tem sido admitido, em matéria obrigacional, pela “teoria do estatuto obrigacional” ou “teoria unitária”<sup>123</sup>. Os apoiantes desta teoria defendem que a referência da norma de conflitos dirige-se a uma ordem jurídica considerada no seu conjunto, não admitindo fraturas no seu interior e não excluindo *a priori* quaisquer dos seus comandos materiais. A referência da norma de conflitos abarcaria naturalmente, assim, as normas de aplicação imediata pertencentes à ordem jurídica considerada competente<sup>124</sup>. Esta teoria não admite, no geral, a relevância no ordenamento jurídico do foro de normas de aplicação imediata estrangeiras que não pertençam à *lex causae* (salvo se forem tomadas em consideração enquanto pressupostos de facto no quadro da aplicação da *lex causae*, como adiante se verá) ou ao ordenamento jurídico do foro<sup>125</sup>.

Autores há, defensores desta teoria, que advogam que a norma de conflitos faz referência apenas à lei interna geral do ordenamento jurídico considerado competente. Neste caso, ao estabelecer contacto com a ordem jurídica designada pela norma de conflitos, o juiz poderá deparar-se com uma disposição especial cuja aplicação se apresenta como necessária ao prosseguimento de certos fins imperativos do Estado a que pertence, e que determine unilateralmente o seu

---

<sup>123</sup> A descrição apontada no texto consta das seguintes obras: LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 303; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 983; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 226. A teoria descrita não é, no entanto, necessariamente adotada por estes autores.

<sup>124</sup> KARAQUILLO, Jean-Pierre, “Étude de Quelques Manifestations des Lois d’Application Immédiate Dans La Jurisprudence Française de Droit International Privé”, Limoges: Presses Universitaires de France, 1977, p. 175; BALLARINO, Tito, “Diritto Internazionale Privato”, 3. ed. Pádua: Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 1999, p. 298.

<sup>125</sup> A descrição apontada no texto consta das seguintes obras: LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 303; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 983; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 227.

âmbito de aplicação. De acordo com esta posição, a norma de conflitos assumirá a função de um critério de reconhecimento, essencial à apreensão de uma norma de aplicação imediata estrangeira, e a norma de aplicação imediata assumirá a função de um critério de intervenção, que decidirá o seu âmbito de aplicação. A norma de aplicação imediata não se aplicará por vontade da norma de conflitos, mas aplicar-se-á por vontade própria, por via do seu âmbito de aplicação espacial<sup>126</sup>.

São apontadas vantagens e desvantagens a esta teoria. Por um lado, indica-se uma maior simplicidade na aplicação da lei para o caso, na medida em que se aplica uma única lei (a *lex causae*) que disciplinará toda a relação jurídica, reduzindo a prática do *dépeçage* e os problemas de adaptação e coordenação e de cúmulos entre normas potencialmente aplicáveis segundo a própria delimitação espacial<sup>127</sup>. A lei aplicável a cada questão controvertida será a lei designada pela norma de conflitos. Postula-se também a promoção da harmonia internacional entre a ordem jurídica do foro e a lei considerada competente pela norma de conflitos<sup>128</sup>. Aponta-se positivamente uma maior previsibilidade para as partes<sup>129</sup>, que poderão contar desde o início da sua relação com a aplicação da lei designada pela norma de conflitos. Atribui-se como principal desvantagem desta teoria a não harmonia de decisões entre a ordem jurídica do foro e a ordem jurídica de terceiros Estados<sup>130</sup>, causada pela potencial divergência entre os elementos de conexão da norma de conflitos e a vontade de aplicação das normas de aplicação imediata de outros ordenamentos jurídicos (os Tribunais de outros ordenamentos jurídicos cujas normas de aplicação imediata se queiram aplicar à situação jurídica tenderão a aplicar essas normas, solução que poderá divergir da fornecida pelos elementos de conexão das normas de conflitos do ordenamento jurídico do foro). Considera-se

---

<sup>126</sup> KARAQUILLO, “Étude de Quelques...”, p. 176 e ss.

<sup>127</sup> BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 226.

<sup>128</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 306.

<sup>129</sup> BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 226.

<sup>130</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 306; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 227.



que esta teoria não tem em conta o bem comum universal<sup>131</sup> (espelhado em valores partilhados pelos Estados prosseguidos por normas de aplicação imediata que se queiram aplicar ao caso) e não contribui para a cooperação entre Estados-Membros da União Europeia<sup>132</sup>. Refere-se que à jurisprudência e ciência jurídica está vedado o desenvolvimento do sistema jurídico no tocante à bilateralização dos elementos de conexão presentes nas normas de aplicação imediata do foro para dar relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras correspondentes, por esta teoria não permitir reconhecer relevância a normas de aplicação imediata não pertencentes à *lex causae*<sup>133</sup>. Finalmente, critica-se o desrespeito pelo princípio da paridade de tratamento entre as normas de aplicação imediata do foro e as normas de aplicação imediata estrangeiras, uma vez que estas últimas só são aplicáveis no quadro da *lex causae* (nomeadamente enquanto pressupostos de facto), e as primeiras são aplicáveis independentemente da *lex causae*, segundo alguns autores<sup>134</sup>.

Apesar de aplicarem em cada uma das decisões uma norma aplicação imediata (por nós considerada enquanto tal) que se caracteriza por ser uma lei especial face ao regime geral laboral, e integrada na lei considerada competente, os Tribunais Portugueses não seguem a “teoria unitária” ou a “teoria do estatuto obrigacional” por duas razões: primeiro, tal não é exigido pelas diretrizes legais a que os Tribunais estão submetidos, nomeadamente à luz do art. 15º do Código Civil, como adiante se explicará, uma vez que a base legal de aplicação das normas nos casos examinados radica neste artigo e, logo, não serão aplicadas toda e qualquer norma do estatuto obrigacional, mas “somente as normas que, pelo seu conteúdo e pela função que têm nessa lei, integram o regime do instituto visado na regra de conflitos” (cfr. Art. 15º do Código Civil Português); segundo, os Tribunais averiguam o âmbito de aplicação espacial das normas de aplicação imediata - especificamente as normas da Lei 7/86 nos casos que tratam um contrato de

---

<sup>131</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 306.

<sup>132</sup> *Ibid.*

<sup>133</sup> *Ibid.*

<sup>134</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 993.

trabalho exercido no território de Angola celebrado por um trabalhador estrangeiro qualificado e do Decreto-Lei 71/75 nos casos que tratam um contrato de trabalho exercido no território de Moçambique celebrado por um trabalhador estrangeiro qualificado - e aplicam-nas verificados que estão os factos a que o âmbito de aplicação espacial da norma faz referência: trabalhador estrangeiro qualificado que exerce trabalho no território do Estado de Angola e Moçambique, respetivamente. Contrariamente à averiguação do âmbito de aplicação espacial das normas que foi feita pelos Tribunais sob análise, a “teoria do estatuto obrigacional” ou “teoria unitária” não reconhece, segundo alguns autores, a delimitação espacial de uma norma estrangeira que é considerada competente e aplicável somente segundo os comandos e condições das normas de conflitos do foro<sup>135</sup>. Tal ausência de reconhecimento da delimitação espacial das normas não se verificou nas decisões sob exame, em que os Tribunais aplicaram as normas imperativas tendo em conta o seu âmbito de aplicação espacial, i. e., a sua vontade de aplicação.

## 1.2 À luz da “tese” compreendida no art. 15º do Código Civil Português

A atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae* na ordem jurídica do foro tem sido justificada nalguma Doutrina pelo facto de se inserirem na ordem jurídica considerada competente pela norma de conflitos<sup>136</sup>. Tem sido referida pela Doutrina uma tese segundo a qual a

---

<sup>135</sup> Cfr. LIPSTEIN, Kurt, “Les normes fixant leur propre domaine d’application; les expériences anglaises et américaines”, *Travaux du Comité français de droit international privé*, 1980, p. 187 e ss.; BALLARINO, “DIP”, p. 298; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1035 e ss., segundo o qual a “teoria do estatuto unitário” “defende a aplicação pura e simples das *lois de police* da *lex causae*, independentemente de estas se quererem aplicar ou não no caso *sub judice*.”

<sup>136</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 687; LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 300; BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 277 e ss.; BRITO, “A Representação...”, p. 601; AUDIT; D’AVOUT, “DIP”, p. 169; MAYER; HEUZÉ, “DIP”, p. 103; MOSCONI, “DIPP, vol. I”, p. 138; BALLARINO, “DIP”, p. 298; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 223 e ss.; LANDO, Ole; NIELSEN, Peter Arnt, “The Rome I Regulation”, *Common Market Law Review*, v. 45, 2008, p. 1719.

atribuição de competência a uma ordem jurídica estrangeira não inclui toda e qualquer norma a ela pertencente, mas somente as normas que integram o círculo normativo das normas de conflitos do foro. Esta tese vai ao encontro da posição maioritária da Doutrina Portuguesa<sup>137</sup>, que não partilha, portanto, a visão, defendida na “teoria do estatuto obrigacional”, de que a norma de conflitos opera uma referência ao conjunto dos comandos materiais da ordem jurídica considerada competente independentemente de um âmbito temático visado na norma de conflitos. Esta tese encontra correspondência no teor do art. 15º do Código Civil, que faz determinar a competência de um ordenamento jurídico com base na proximidade e adequação das suas normas materiais à situação concreta, não levando, assim, à aplicabilidade de todas as normas inseridas na ordem jurídica considerada competente - como se defende na “teoria do estatuto obrigacional” -, mas apenas à aplicabilidade de normas inseridas no conceito quadro visado pela norma de conflitos<sup>138</sup>. Segundo este entendimento a aplicação de normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae* encontra justificação no facto de se integrarem no “instituto visado na regra de conflitos” (Art. 15º do Código Civil), isto é, na categoria normativa visada pela norma de conflitos. Prescinde-se, assim, de demais justificações para a sua aplicação. Se estiverem fora do âmbito temático mencionado na norma de conflitos, mesmo se pertencendo ao ordenamento jurídico considerado competente, as normas de aplicação imediata estrangeiras não encontrarão justificação (tal como o encontrariam na “teoria do estatuto contratual”) para a sua aplicação pelo chamamento da norma de conflitos, uma vez que, segundo esta norma, carecem de competência para regular o caso<sup>139</sup>.

Não surpreendentemente, os Tribunais adotam a tese presente no art. 15º do Código Civil na aplicação das normas de aplicação imediata pertencentes à *lex causae*. Os Tribunais aplicam as normas imperativas a cada caso num momento

---

<sup>137</sup> Quem o diz é MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 687. Cfr. nota anterior.

<sup>138</sup> A descrição da tese consta da seguinte obra: *Ibid.*, p. 687 e ss.

<sup>139</sup> A descrição da tese consta da seguinte obra: *Ibid.*, p. 688 e ss. Em sentido contrário, cfr. MOURA VICENTE, “Da Responsabilidade...”, p. 653.

posterior à aferição da competência dada pela norma de conflitos do foro (salvo o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 23-05-2001, que não refere a mediação das normas de conflitos). E seguem a posição maioritária da Doutrina Portuguesa para quem uma referência da norma de conflitos do foro inclui as normas de aplicação imediata (por nós consideradas enquanto tais) da ordem jurídica considerada competente se tais normas corresponderem ao conceito quadro visado na norma de conflitos. Assim sucedeu nos casos examinados. As normas que regem a duração e a cessação do contrato de trabalho – sendo a duração do contrato de tempo determinado não convertível em tempo indeterminado - do Estatuto do Trabalhador Cooperante, regido pela Lei 7/86, de 29 de março em Angola, e pelo Decreto-Lei 71/75 na República de Moçambique (neste caso não tendo a específica designação de “Estatuto do Trabalhador Cooperante”, mas uma função análoga aos preceitos Angolanos), dirigem-se a obrigações provenientes de negócios jurídicos (nos casos, obrigações emergentes de um contrato de trabalho) tal como visado na norma de conflitos do art. 41º do Código Civil, aplicável ao caso. No entanto, se nos Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 12-07-2000 e de 27-09-2000, a norma imperativa aplicável ganha a sua competência diretamente da norma de conflitos, uma vez que o Tribunal conclui que as partes a ela se quiseram concretamente submeter, ainda que tacitamente (e aplica o art. 41º do Código Civil), os Acórdãos do Tribunal da Relação de Évora, de 12-01-1999, e do Tribunal da Relação de Lisboa, de 16-11-2005, aplicam a norma imperativa atendendo ao seu específico âmbito de aplicação espacial, dentro do qual se inserem os elementos dos casos concretos. Em todos os casos as normas imperativas aplicáveis pelos Tribunais correspondem ao âmbito temático da norma de conflitos do foro – obrigações provenientes de negócios jurídicos -, o mesmo é dizer que a matéria regulada pelas normas imperativas constitui objeto da norma de conflitos Portuguesa, indo deste modo as decisões ao encontro da tese adotada no art. 15º do Código Civil Português.

### **1.3 À luz da averiguação do âmbito de aplicação espacial de normas de aplicação imediata estrangeiras**

Tem sido referido pela Doutrina uma preocupação que acompanha a matéria da aplicação de normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae* e que compreende a autolimitação espacial destas normas<sup>140</sup>. As normas de aplicação imediata delimitam o seu próprio âmbito de aplicação espacial<sup>141</sup> – esta característica define-as em grande parte – e, portanto, são normalmente associadas a normas autolimitadas<sup>142</sup>. As normas autolimitadas contêm uma delimitação espacial própria, que poderá divergir do âmbito de competência dado pela norma de conflitos à ordem jurídica em que se inserem. A problemática reside na diferença existente entre o âmbito de competência reconhecido pela norma de conflitos e o âmbito de aplicação espacial definido pela própria norma de aplicação imediata, isto é, a sua vontade de aplicação. De acordo com a sua vontade de aplicação, a norma de aplicação imediata estrangeira poderá ampliar o seu âmbito de aplicação espacial face ao âmbito de competência atribuído pela norma de conflitos<sup>143</sup>.

---

<sup>140</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 301; BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 280; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 646 e ss.; LOUSSOUARN; BOUREL; VAREILLES-SOMMIÈRES, “DIP”, p. 169 e ss.

<sup>141</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 932.

<sup>142</sup> Ver nota 10.

<sup>143</sup> No entendimento de alguns autores, as normas de aplicação imediata estrangeiras poderão apenas restringir o seu âmbito de aplicação espacial em relação à competência atribuída pela norma de conflitos geral ao ordenamento jurídico a que pertencem, o que diverge do entendimento de outros autores, para quem as normas de aplicação imediata estrangeiras poderão ampliar o âmbito de aplicação espacial face à competência atribuída pela norma de conflitos ao ordenamento jurídico a que pertencem. Esta diferença é explicada pelo diferente entendimento existente acerca da natureza das normas de aplicação imediata. Se uns autores veem a autolimitação espacial das normas de aplicação imediata como fazendo parte do seu conteúdo material (a autolimitação espacial reporta-se aos factos presentes na sua hipótese), consideram que essa autolimitação se refere apenas à vontade de aplicação da norma, e não à sua competência para regular o caso, e consequentemente a autolimitação poderá apenas restringir o âmbito espacial dado pela norma de conflitos. A competência para regular o caso (a sua *aplicabilidade*) é desde logo dada pela norma de conflitos geral: Cfr. BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 273 e ss. Outros autores entendem que a autolimitação espacial das normas de aplicação imediata corresponde a uma norma de conflitos unilateral *ad hoc*, suscetível de definir a competência da norma material a que está acoplada, e, portanto, poderá ampliar o âmbito de aplicação (i.e., de competência) face ao que é dado pela norma de

Tratando-se de aplicação de uma norma de aplicação imediata pertencente à *lex causae*, como sucede nos Acórdãos sob análise, essa diferença relevará na atitude a adotar pelo juiz do foro, isto é, este poderá respeitar a autolimitação espacial da norma de aplicação imediata ou não respeitá-la e cingir-se à indicação dada pela norma de conflitos (tal como é preconizado por alguns autores na “teoria do estatuto obrigacional”). Ambas as vias são consideradas pela Doutrina. Parte da Doutrina Portuguesa acolhe a via do respeito pelo âmbito de aplicação espacial delimitado pelas próprias normas de aplicação imediata estrangeiras consideradas competentes pelas normas de conflitos do foro<sup>144</sup>. O argumento frequentemente adotado a favor desta posição concerne a aplicação do direito estrangeiro na ordem jurídica interna tal como este é considerado na ordem jurídica a que pertence, ao invés da aplicação de um direito estrangeiro que o tornaria “deformado” e que não comportaria uma “verdadeira aplicação da genuína norma estrangeira” caso não se respeitasse a sua vontade de aplicação<sup>145</sup>. Outra parte da Doutrina Portuguesa considera que a “autolimitação” das normas de aplicação imediata deverá ser respeitada se a negação da sua aplicabilidade não puser em causa a competência da ordem jurídica a que pertence (se se tratar de uma norma especial em princípio a ordem jurídica a que pertence não perderá competência por existir uma norma geral correspondente). Se a negação de aplicabilidade puser em causa a competência da ordem jurídica a que pertence, a “autolimitação” só poderá ser respeitada no âmbito das regras de devolução (entendendo-se que a autolimitação espacial não faz parte do conteúdo material da norma, mas tem antes natureza

---

conflitos geral, atuando independentemente desta: Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 827 e ss. Cfr. MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 284. Para este autor o domínio espacial da norma de aplicação imediata é imperativo ao ponto de forçar a competência da ordem jurídica a que pertence.

<sup>144</sup> Cfr. BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 280. Para este autor o juiz deverá respeitar apenas a restrição do âmbito de aplicação fixada pela norma de aplicação imediata estrangeira, e não a sua extensão. Cfr. MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 686; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1046; BRITO, “A Representação...”, p. 601. Na Doutrina estrangeira, cfr. AUDIT; D’AVOUT, “DIP”, p. 171; MAYER; HEUZÉ, “DIP”, p. 104; MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 336; BALLARINO, “DIP”, p. 298; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 239.

<sup>145</sup> Cfr. BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 273; DE NOVA, “I conflitti di leggi e le norme con apposita delimitazione della sfera di efficacia”. Apud BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 80.

conflitual) considerando-se, para o efeito, a bilateralização da norma de conflitos *ad hoc* que opera a autolimitação, que remeterá para uma ordem jurídica que não a sua.<sup>146</sup>

Retomando o que atrás foi dito, o Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12-01-1999 e os Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 12-07-2000 e de 27-09-2000, tratando essencialmente das mesmas questões jurídicas às quais é aplicado o Estatuto de Trabalhador Cooperante Angolano – Lei 7/86, de 29 de março, referem o âmbito de aplicação espacial desse diploma: as suas disposições são aplicáveis aos contratos de trabalho celebrados por trabalhadores estrangeiros com qualificação profissional técnica ou científica que exerçam trabalho no território de Angola.

A fundamentação destes três Acórdãos para a aplicação do regime analisado varia, sendo que em todos eles os Autores pretendem que lhes seja aplicado o regime geral e afastado o regime especial do Trabalhador Cooperante, que não permite a conversão da duração do contrato de trabalho por tempo determinado em tempo indeterminado e prevê formas mais rígidas de cessação do contrato de trabalho. O Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12-01-1999, aplica o regime especial por considerar que os elementos de facto do caso se inserem no âmbito de aplicação espacial fixado pela norma: como se trata de um trabalhador estrangeiro com qualificação profissional técnica ou científica a exercer o seu trabalho no território de Angola é-lhe aplicável o Estatuto de Trabalhador Cooperante. O mesmo raciocínio está presente no Acórdão da Relação de Lisboa, de 16-11-2005, desta feita para a aplicação do Decreto-Lei 71/75, de 21 de junho, da República de Moçambique, diploma com teor análogo ao da Lei 7/86 de

---

<sup>146</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 301. No mesmo sentido, MOSCONI, “DIPP, vol. I”, p. 138. Segundo este autor é provavelmente melhor ignorar a autolimitação da norma estrangeira do que ignorar a designação da norma de conflitos quando tal norma exija ser aplicada a todas e *apenas* às fattispecie totalmente internas do ordenamento a que pertence. Este autor diz que tais normas de aplicação necessária comportam uma função de garantia social e muitas vezes preveem a intervenção de uma autoridade pública ou o recurso a procedimentos que tornam difícil senão impossível a sua aplicação fora do seu contexto jurídico. No sentido de que uma referência das normas de conflitos não atende ao âmbito espacial fixado pela norma autolimitada ou de aplicação imediata, cfr. LIPSTEIN, “Les normes fixant leur propre domaine d’application; les expériences anglaises et américaines”, p. 194.

Angola: o Tribunal aplicou o diploma por no caso os elementos de facto se inserirem no seu âmbito de aplicação espacial: trata-se de um trabalhador estrangeiro com qualificação profissional técnica a exercer trabalho no território de Moçambique.

Tanto a norma imperativa especial aplicada como a norma geral correspondente delimitam o seu âmbito de aplicação espacial – a primeira aplica-se, como se disse, a trabalhadores estrangeiros qualificados que exercem o seu trabalho no território correspondente – Angola ou Moçambique, tratando-se, respetivamente, da Lei 7/86 ou do Decreto-Lei 71/75, diplomas com funções análogas; a segunda é “fundamentalmente vocacionada para as relações laborais entre nacionais” (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12-07-2000, respeitante ao regime geral de Angola - Lei 6/81). A delimitação espacial das normas imperativas especiais (por nós consideradas normas de aplicação imediata) alarga o âmbito de competência conferido pela norma de conflitos – o nº 1 do art. 2º do Decreto-Lei 71/75 de Moçambique é expressivo a este respeito ao dizer que as respetivas disposições “são aplicáveis independentemente de qualquer condição e prevalecerão sobre quaisquer outras”; é expressivo também um documento, citado pelo Tribunal da Relação de Évora, de 12-01-1999, emitido pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social de Angola, segundo o qual “[não é possível, *em circunstância alguma*, perante a legislação laboral angolana, que trabalhadores estrangeiros não residentes (cooperantes) possam ser sujeitos de contratos de contratos de trabalho por tempo indeterminado. Esse direito cabe apenas aos angolanos.” (meu sublinhado); o conteúdo do documento citado suscita a interpretação de que os trabalhadores estrangeiros não residentes (cooperantes) não podem estar sujeitos a contratos de trabalho por tempo indeterminado, independentemente do que dispõe a este respeito a norma de conflitos. Assim, consequentemente, as normas imperativas referidas só se querem aplicar aos factos previstos na sua hipótese (ou atendendo ao elemento de conexão previsto na norma de conflitos unilateral *ad hoc* a elas acoplada, caso se entenda que a delimitação espacial tem natureza conflitual). Os Tribunais, ao integrarem os elementos de



facto do caso nos pressupostos de aplicação espacial da norma imperativa, respeitam a autolimitação (e a vontade de aplicação) de ambas as normas. Também aqui, ao respeitarem a autolimitação espacial das normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae*, seguem a posição maioritária da Doutrina Portuguesa e, desta forma, aplicam, na opinião maioritária dos autores, o direito estrangeiro tal como é considerado na ordem jurídica a que pertence, e não um direito “deformado” pelas opções do órgão aplicador do direito.

## **2. Limites à atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae***

Podemos verificar a partir da análise de uma decisão jurisprudencial que a aplicação de normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae* não é isenta de limites no decorrer do seu processo. Com efeito, nem sempre uma norma de aplicação imediata estrangeira indicada pela norma de conflitos do foro encontra aplicação na ordem jurídica do foro.

O Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-09-1998<sup>147</sup>, afasta uma norma estrangeira - considerada por nós como de aplicação imediata, seguindo a Doutrina *infra* indicada -, pertencente à *lex causae*, com recurso ao mecanismo da exceção da ordem pública internacional. O Acórdão trata de uma ação de condenação intentada com vista a obter uma indemnização por despedimento ilícito. A Autora foi admitida a trabalho ao serviço do Estado Português no Consulado Português em Nantes, França. Na sequência de ausência no trabalho verificada na pendência de doença contraída pela autora, a mesma foi notificada do seu despedimento. O Tribunal considera que a lei competente para reger o contrato de trabalho é a lei Francesa, segundo os critérios do n.º 2 do art. 41.º do Código Civil Português, por ser a lei do lugar da celebração do contrato. Alguma

---

<sup>147</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-09-1998, Processo 131/98, Relator José António Mesquita, Colectânea de Jurisprudência, Tomo III/1998.

Doutrina Francesa por nós pesquisada tem atribuído a natureza de normas de aplicação imediata às normas de direito laboral que protegem o trabalhador e às normas Francesas que regulam o pré-aviso de despedimento em particular<sup>148</sup>.

O Tribunal, no entanto, não dá o problema como resolvido na chegada ao direito competente: debruça-se seguidamente sobre a ressalva da exceção da ordem pública internacional. Fá-lo pelo conteúdo das alegações da Autora, que considera que “ao seu despedimento deve ser aplicada a lei portuguesa por força do artigo 22, n. 1, do Código Civil” (relativo à exceção da ordem pública internacional), e pela matéria de facto dada como provada. A Autora foi notificada do seu despedimento, que foi efetuado, ao abrigo da lei Francesa, com um pré-aviso de dois meses a contar da data de receção da carta, sendo justificado pel”[a] desorganização do serviço, decorrente da sua [da trabalhadora] ausência, prolongada e [pel]a obrigação de tomada de medidas necessárias para fazer face aos inconvenientes dali resultantes”. O Tribunal socorreu-se dos princípios contidos no art. 53º da Constituição da República Portuguesa, que garante a segurança no emprego e proíbe os despedimentos sem justa causa, bem como da lei ordinária que o concretiza – art. 12º do Decreto-Lei nº 64-A/89, de 27 de fevereiro – para concluir que a lei Francesa não contém princípios semelhantes aos contidos nas normas referidas, e a sua aplicação ao caso concreto implica uma violação da ordem pública internacional do Estado Português, pelo que deverá ser afastada no caso.

A partir da decisão analisada poderemos chegar à conclusão que um limite à aplicação de uma norma de aplicação imediata estrangeira pertencente à *lex causae* pauta-se precisamente pelo mecanismo de exceção da ordem pública internacional

---

<sup>148</sup> Cfr. AUDIT; D’AVOUT, “DIP”, p. 163 e ss.; MAYER; HEUZÉ, “DIP”, p. 549. Estes últimos referem-se especificamente às disposições relativas à duração do trabalho, ainda que no âmbito de destacamento temporário do trabalhador. No sentido de que as disposições Francesas sobre o pré-aviso de despedimento no âmbito de um contrato de trabalho (de que trata o Acórdão) prosseguem melhor as políticas legislativas do Estado Francês se forem consideradas *lois de police*, cfr. NORD, Nicolas, “Ordre Public et Lois de Police en Droit International Privé”, Université Robert Schuman, 2003, p. 175 e ss.

do Estado do foro, limite que é referido ademais pela Doutrina<sup>149 150</sup>. Este mecanismo encontra-se regulado no art. 22º do Código Civil Português, aplicado pelos Tribunais, e, nos diplomas Comunitários, no art. 16º da Convenção de Roma e no art. 21º do Regulamento Roma I. No Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-09-1998, o Tribunal considerou que foram afrontadas normas ou princípios considerados fundamentais para o ordenamento jurídico Português – os princípios contidos no art. 53º da Constituição da República Portuguesa, relativos à segurança no emprego e despedimentos sem justa causa – pela aplicação de uma norma de aplicação imediata estrangeira (por nós considerada enquanto tal, seguindo a Doutrina Francesa consultada) indicada pela norma de conflitos do foro – lei Francesa de direito laboral sobre despedimentos no âmbito de um contrato de trabalho. Consequentemente, e face ao art. 22º do Código Civil Português, os juízes viram-se legitimados a ativar o mecanismo de ordem pública internacional e afastar a lei estrangeira competente para fazer respeitar tais princípios e normas.

Contudo, o mecanismo de exceção da ordem pública internacional para afastar uma norma de aplicação imediata estrangeira conhece também ele limites na sua atuação, nas decisões dos Tribunais Portugueses. Um exemplo desse limite está plasmado no Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12-01-1999, já referido. O Autor invoca o art. 22º do Código Civil Português por considerar que o despedimento que lhe foi comunicado, com justa causa, com fundamento em doença prolongada, legitimado pelas disposições do Estatuto do Trabalhador Cooperante de Angola (por nós considerado como contendo normas de aplicação imediata, aplicáveis ao caso), não é admissível na ordem jurídica Portuguesa. O Tribunal começa por reconhecer que a matéria se insere no âmbito material do art.

---

<sup>149</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 652; BRITO, “A Representação...”, p. 601; BALLARINO, “DIP”, p. 293; AUDIT; D’AVOUT, “DIP”, p. 169.

<sup>150</sup> Para uma posição crítica da atuação do mecanismo de ordem pública internacional enquanto limite à aplicabilidade de normas de aplicação imediata estrangeiras, ver MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1051 e ss., que refere que a reserva de ordem pública deve ser afastada enquanto limite de reconhecimento destas normas estrangeiras por nem sempre existir uma incompatibilidade entre os preceitos de uma norma de aplicação imediata estrangeira e uma norma de aplicação imediata do foro.

53º da Constituição da República Portuguesa, relativo à segurança no emprego, para concluir que o caso em apreço não se enquadra no âmbito espacial do referido preceito constitucional, já que o mesmo, segundo o Tribunal, não tem pretensões de se aplicar “a todos os contratos de trabalho celebrados no mundo, ainda que desprovidos de qualquer conexão com a ordem jurídica portuguesa”. O Tribunal refere, então, que há uma falta de ligação suficiente entre a situação e a ordem jurídica Portuguesa (a prestação do contrato deve ser integralmente realizada em país estrangeiro e a entidade patronal é uma sociedade de “nacionalidade e estatuto estrangeiros”), o que impede a atuação do mecanismo da exceção de ordem pública internacional, e reputa como aplicável a lei considerada competente pela norma de conflitos, a lei Angolana.

### **3. O nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma, o nº 3 do art. 9º do Regulamento Roma I e o art. 17º do Regulamento Roma II no âmbito da atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae***

Em matéria de obrigações contratuais, tem sido debatido na Doutrina a função do art. 7º da Convenção de Roma de 1980 sobre a lei aplicável às obrigações contratuais na atribuição de relevância de normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae*. O art. 7º da Convenção de Roma de 1980 estabelece o regime de aplicação de normas imperativas em matéria contratual pertencentes à ordem jurídica do foro (nº 2) e pertencentes a uma ordem jurídica que apresente uma conexão estreita com a situação (nº 1). A discussão centra-se na possibilidade de o nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma atribuir por si a competência de normas de aplicação imediata estrangeiras que pertençam à *lex causae*. Tanto os defensores da “teoria do estatuto obrigacional” como os defensores da tese presente no art. 15º do Código Civil Português consideram, com os respetivos limites, que a designação feita pela norma de conflitos do foro

abrange as normas de aplicação imediata da lei competente. Tal competência não está, assim, dependente de uma regra como a do n° 1 do art. 7° da Convenção de Roma, mas antes da designação feita por uma norma de conflitos. Estas posições Doutrinárias concluem, assim, que o n° 1 do art. 7° da Convenção de Roma não faz referência às normas de aplicação imediata pertencentes à *lex causae*<sup>151 152</sup>. Outra posição tem sido defendida no sentido de que a aplicação de normas de aplicação imediata pertencentes à *lex causae* deve ter lugar no âmbito do n° 1 do art. 7° da Convenção de Roma<sup>153</sup>. Tal raciocínio é, para alguns autores<sup>154</sup>, justificado pelo caráter de direito público das normas de aplicação imediata, que por esse motivo não teriam aplicação no normal chamamento conflitual, uma vez que o chamamento englobaria apenas as normas de direito privado da ordem jurídica competente. Este ponto, no entanto, está hoje ultrapassado pela generalidade da Doutrina, para quem uma referência da norma de conflitos dirigida a um direito estrangeiro inclui também as suas normas de direito público<sup>155</sup>.

Pelo contrário, há uma posição propagada na Doutrina que atribui à função do n° 3 do art. 9° do Regulamento Roma I um reconhecimento de relevância a

---

<sup>151</sup> Cfr. BRITO, “A Representação...”, p. 601; LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 305; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 683 e ss.

<sup>152</sup> Cfr. Doutrina estrangeira, no mesmo sentido: MOSCONI, “DIPP, vol. I”, p. 139. Este autor refere que o n° 1 do art. 7° da Convenção de Roma se dirige a normas de aplicação imediata pertencentes a terceiros Estados; BALLARINO, “DIP”, p. 299. Para este autor o n° 1 do art. 7° da Convenção de Roma encontra uma solução para as normas imperativas que tenham suficientes “títulos” para se aplicarem e que não pertencem à lei reguladora da relação; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 13. Segundo este autor o n° 1 do art. 7° da Convenção de Roma permite ao juiz ter em conta certas normas imperativas estrangeiras, mesmo não fazendo parte da lei reguladora do contrato; LANDO; NIELSEN, “The Rome I Regulation”, p. 1719.

<sup>153</sup> Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1047 e ss., no sentido de que o n° 1 do art. 7° da Convenção de Roma faz uma referência unitária às normas de aplicação imediata estrangeiras, não distinguindo entre normas de aplicação imediata pertencentes à *lex causae* e normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado. Cfr. PHILIP, Allan, “Recent Provisions in Mandatory Laws in Private International Law”, *Multum non Multa*, 1980. Apud MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 684.;

<sup>154</sup> Cfr. PHILIP, “Recent Provisions in Mandatory Laws in Private International Law”, p. 241 e ss. Apud MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 684.

<sup>155</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 686; LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 644; BRITO, “A Representação...”, p. 601; AUDIT; D’AVOUT, “DIP”, p. 314; LOUSSOUARN; BOUREL; VAREILLES-SOMMIÈRES, “DIP”, p. 149; MOSCONI, “DIPP, vol. I”, p. 141; BALLARINO, “DIP”, p. 293; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 224.

normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado, concretamente ao Estado em que as obrigações decorrentes do contrato devam ser ou tenham sido executadas, e a consagração de um não reconhecimento de relevância a normas de aplicação imediata pertencentes à *lex causae*<sup>156</sup>. Certos autores referem mesmo que o Regulamento não contém uma disposição quanto à aplicação ou tomada em consideração das normas de aplicação imediata da *lex causae*, considerando, no entanto, que essa disposição seria, de qualquer maneira, supérflua uma vez que a referência da lei aplicável pelo método conflitual dirige-se a todas as regras da *lex causae*, incluindo as normas internacionalmente imperativas que seriam sempre partes importantes da *lex causae*. Tal raciocínio resulta logicamente, segundo estes autores, da natureza do método conflitual e do facto de que nem o art. 9º nem o art. 12º do Regulamento excluïrem a aplicação de normas internacionalmente imperativas pertencentes à *lex causae*<sup>157</sup>.

Em matéria de obrigações extracontratuais, consideramos que o art. 17º do Regulamento Roma II atribui relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras de segurança e de conduta, que atuam enquanto pressupostos de facto da lei material considerada competente. Tais normas pertencerão à *lex causae* estrangeira se esta corresponder à lei do lugar em que ocorre o facto que dá origem à responsabilidade – e esta não for a lei do foro-: as normas de aplicação imediata reconhecidas pelo art. 17º são tomadas em consideração quando o facto que dá origem à responsabilidade ocorre no Estado a que as normas pertencem.

---

<sup>156</sup> LANDO; NIELSEN, “The Rome I Regulation”, p. 1719; BONOMI; VOLKEN, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, p. 295 e ss.; LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 311.

<sup>157</sup> LANDO; NIELSEN, “The Rome I Regulation”, p. 1719.

#### **IV. A atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado em decisões de Tribunais Portugueses**

Neste capítulo ter-se-á em vista o tratamento dado pelos Tribunais Portugueses à aplicação e tomada em consideração de normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado, isto é, não pertencentes à *lex causae* ou à *lex fori*. No âmbito deste tratamento daremos voz aos Acórdãos que aplicam normas de aplicação imediata do foro quando tal aplicação se ache diretamente conexa com as questões abordadas nos subcapítulos correspondentes, onde se justificará tal conexão.

Analisar-se-ão os Acórdãos que atribuem relevância a normas de aplicação imediata, embora não as categorizem como tal e utilizem expressões que lhes são próximas, de terceiros Estados à luz da principal teoria que tem sido referida pela Doutrina como atribuidora de relevância a estas normas.

Referir-se-á também os principais preceitos legislativos que versam sobre o tema, embora nem todos sejam aplicados pelos Tribunais nomeadamente em razão do seu âmbito de aplicação temporal e material.

##### **1. Reconhecimento de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado**

O Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-10-1991<sup>158</sup>, trata de um contrato de trabalho celebrado por duas partes de nacionalidade Portuguesa, em que o trabalhador foi contratado no território do Reino Unido para aí prestar o seu

---

<sup>158</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-10-1991, Processo 003113, Relator Sousa Macedo, Boletim do Ministério da Justiça, nº 410, Ano 1991, página 585.

trabalho. O trabalhador demanda a entidade empregadora “Air – Portugal, E. P. - Transportes Aéreos Portugueses”, pedindo a condenação desta num montante devido por cessação do contrato de trabalho com justa causa por iniciativa do trabalhador. O Autor alega como justa causa da cessação do contrato de trabalho o facto de ter perdido o estatuto de trabalhador “local” em consequência da transferência do seu lugar de trabalho. O Tribunal divide a relação contratual em dois momentos: num primeiro momento o trabalhador tinha no Reino Unido a sua atividade laboral e aí tinha o estatuto de “local”, e num segundo momento o trabalhador foi “«deslocado» para Milão”, Itália, como “deslocado da sede” de Lisboa, de que “viria a resultar o regresso do trabalhador a território nacional” e o que fez “supor um contrato de trabalho em Portugal”, perdendo o Autor, deste modo, o seu estatuto de “local” no Reino Unido por a sua “deslocação” para Milão ter sido feita sem contrato escrito. O Tribunal considera as normas de conflitos do Código Civil Português para determinar a lei aplicável à relação jurídica, e aplica o nº 2 do art. 42º, não concretizando qual a lei aplicável<sup>159</sup>. No entanto, para o que aqui interessa, o Tribunal declara que “[a]s condições de prestação de trabalho devem sempre respeitar as prescrições de carácter imperativo do direito local que funcionam como um “*minimum intangível*” num momento anterior no Acórdão à aferição da norma de conflitos aplicável. Entenda-se por “direito local” o lugar da prestação do trabalho<sup>160</sup> – no caso, o Reino Unido<sup>161</sup>, num primeiro momento, e Itália<sup>162</sup>, num segundo momento. Relevante na argumentação é a presença do advérbio “sempre” utilizado pelo Tribunal para demonstrar a sua posição, e que faz suscitar a interpretação de que as condições de prestação de trabalho devem

---

<sup>159</sup> Deduz-se, no entanto, que no primeiro momento contratual a lei aplicável é a do Reino Unido – por ser a lei do lugar da celebração (nº 2 do art. 42º do Código Civil) – e num segundo momento a lei aplicável é a Portuguesa – por ser a lei do lugar da celebração (nº 2 do art. 42º do Código Civil): cfr. na p. 589 a frase “Enquanto em Milão, o autor esteve inscrito e fizeram-se os descontos para a [...] Caixa de Previdência em Portugal, o que faz supor um contrato de trabalho em Portugal.”

<sup>160</sup> O Tribunal utiliza os adjetivos “local” e “deslocado” quando se refere ao lugar da prestação de trabalho.

<sup>161</sup> *Lex causae*, no primeiro momento contratual.

<sup>162</sup> Terceiro Estado, no segundo momento contratual.



respeitar as prescrições de carácter imperativo do lugar da prestação do trabalho, independentemente do que dispõe a norma de conflitos do foro.

O Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 29-06-2015<sup>163</sup>, trata também de um caso em que o Autor pede uma indemnização à entidade empregadora na relação contratual por resolução de contrato de trabalho com justa causa. O trabalhador tem nacionalidade Portuguesa, a entidade empregadora tem sede em Portugal, o contrato de trabalho foi celebrado em Portugal e o trabalho foi prestado em França. O Tribunal considera aplicável à relação contratual a lei Portuguesa segundo o art. 3º da Convenção de Roma por considerar que as partes escolheram de modo implícito a lei Portuguesa, patente nas cláusulas contratuais. O Autor pretende justificar a justa causa de despedimento através da declaração de ilegalidade de várias cláusulas contratuais. Para o que releva na exposição, o Autor refere, nomeadamente, que a cláusula 4ª constante do contrato de trabalho viola disposições imperativas do Código de Trabalho Português. A cláusula 4ª do contrato de trabalho indica que “[e]nquanto se encontrar a cumprir o presente Contrato, o trabalhador obriga-se a obedecer às leis do País onde estiver a trabalhar, mantendo as melhores relações com a população e com os funcionários dos Departamentos Oficiais, sem poder invocar quaisquer direitos ou exigir indemnizações por diferença de Lei ou costumes.” O Tribunal acaba por decidir-se pela não ilegalidade desta cláusula, com a justificação de que “[é] perfeitamente compreensível que o Autor se sujeite às leis do País onde trabalha no que concerne ao convívio com as populações desse mesmo País e contactos com as respectivas autoridades oficiais.” Já num momento anterior o Tribunal se tinha pronunciado sobre a cláusula: “Aliás, o respeito pelas Leis do País onde o Autor exerceu o seu trabalho é perfeitamente compreensível, quanto mais não seja por razões de soberania.” Tal como no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-10-1991, aqui o Tribunal atribui relevância a normas pertencentes ao Estado do lugar da execução do trabalho, agora com a justificação de que essas normas têm de ser

---

<sup>163</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 29-06-2015, Processo 529.13.0TTOAZ.P1, Relatora Maria Fernanda Pereira Soares, Colectânea de Jurisprudência.

observadas tendo em conta interesses soberanos, a que está subjacente a ideia de territorialidade. Mesmo não reunindo a competência atribuída pelas normas de conflitos, as regras sobre o “convívio com as populações” e “contactos com as respectivas autoridades oficiais” do Estado do lugar da execução do trabalho são, para o Tribunal, aplicáveis.

Estas duas decisões põem em relevo uma relativa abertura dos Tribunais Portugueses no tocante ao reconhecimento de relevância de normas de aplicação imediata (por nós consideradas enquanto tais nas duas decisões analisadas), no sentido de normas que se aplicam independentemente da atuação das normas de conflitos, pertencentes a um terceiro Estado, i.e, que não o do foro nem o da *lex causae*. Não estando obrigados a fazer respeitar valores soberanos nos quais estão presentes interesses Estaduais e que são tutelados por um sistema a que não é reconhecida competência pelo jogo conflitual, uma vez que tal não é exigido por qualquer obrigação imposta pelo Direito Internacional Público<sup>164</sup>, estes dois Acórdãos são demonstrativos de uma posição de não rejeição *apriorística* de normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado - em ambos os casos o Estado onde as obrigações do contrato são executadas -, favorável a uma cooperação internacional que tome em consideração os interesses Estaduais visados por um ordenamento jurídico que os queira legitimamente ver respeitados no âmbito dos factos a que se reportam. As decisões vão ao encontro das vozes que advogam que o juiz do foro não deverá rejeitar à partida normas estrangeiras internacionalmente imperativas pertencentes a um Estado que não é o considerado competente pelas normas de conflitos e que se queiram aplicar à situação<sup>165</sup>, uma vez que tal posição poderia levar, como referido, a uma não cooperação internacional e consequentemente a uma não observação generalizada de normas que salvaguardam os interesses Estaduais de ordenamentos jurídicos

---

<sup>164</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 979.

<sup>165</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 692; AUDIT; D’AVOUT, “DIP”, p. 169; MAYER; HEUZÉ, “DIP”, p. 103 e ss.; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1042.

terceiros, o que resultaria ademais num não respeito pelo princípio da harmonia jurídica internacional a favor da aplicabilidade de normas imperativas de terceiros Estados<sup>166</sup>.

### **1.1 À luz da teoria da conexão estreita**

As decisões analisadas coadunam-se com a teoria da conexão especial, formulada inicialmente por W. WENGLER<sup>167</sup>, que atribui relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras. Esta teoria reconhece relevância às normas estrangeiras internacionalmente imperativas - inderrogáveis no plano internacional - na ordem jurídica do foro, normas que se impõem absolutamente a um conjunto de factos ligados a um determinado território, qualquer que seja o estatuto contratual escolhido pelas partes ou determinado pelas normas de conflitos<sup>168</sup>. Esta característica está patente, ademais, na argumentação das decisões sob exame: a atribuição de relevância de normas imperativas nos casos é independente do que dispõem as normas de conflitos do foro. Não fazendo distinção entre normas de aplicação imediata – que são normas internacionalmente imperativas – pertencentes à *lex causae* e pertencentes a um terceiro Estado<sup>169</sup>, a teoria acaba por atribuir relevância a normas de aplicação imediata pertencentes a um Estado

---

<sup>166</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 717; MAYER; HEUZÉ, “DIP”, p. 104; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 82; PICONE, Paolo, “Les méthodes de coordination entre ordres juridiques en droit international privé : Cours général de droit international privé”, *Recueil des Cours*, v. 276, 1999, p. 77.

<sup>167</sup> Cfr. WENGLER, Wilhelm, “Internationales Privatrecht”, Berlim e Nova Iorque: Zurcher Kommentar zum IPRG, 1981, p. 781. Apud MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 993.

<sup>168</sup> NEUMAYER, Karl H., “Autonomie de la volonté et dispositions impératives en droit international privé des obligations (suite et fin)”, *Revue critique de droit international privé*, 1958, p. 56.

<sup>169</sup> A descrição contida no texto consta da seguinte obra: MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 997. Este autor, no entanto, não adota necessariamente a teoria descrita tal como ela é formulada por Wengler, nomeadamente por a teoria possibilitar, segundo alguns autores, a bilateralização das regras de conflitos unilaterais *ad hoc* acopladas às normas de aplicação imediata do foro.

estrangeiro, incluindo um Estado que não é o da *lex causae* nem o do foro, ou seja, a um terceiro Estado<sup>170</sup>.

Um dos elementos caracterizadores da teoria da conexão especial na atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras corresponde à exigência de uma ligação suficientemente estreita entre a ordem jurídica a que pertence a norma de aplicação imediata e a situação a regular<sup>171</sup>. Tal elemento parece estar presente nos Acórdãos sob análise, nos quais os juízes atribuem relevância a normas imperativas pertencentes a uma ordem jurídica que apresenta uma conexão estreita com a situação a regular: em ambos os Acórdãos os juízes atribuem relevância a normas imperativas pertencentes à lei do lugar da execução do contrato.

Como a “ligação suficientemente estreita” se trata de um conceito vago, têm sido debatidos na Doutrina os critérios concretizadores desse conceito, sem consenso.

Paralelamente, algumas decisões de Tribunais Portugueses permitem-nos destringir os critérios usados pela jurisprudência para a concretização do conceito vago de “ligação suficientemente estreita”, “conexão estreita”<sup>172</sup> ou “conexão efetiva”<sup>173</sup>, característicos da teoria da conexão especial. As decisões que se seguem não se reportam apenas a normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado, mas são não obstante úteis para perceber os parâmetros utilizados pelos Tribunais na aplicação de normas de aplicação imediata que pertençam a um Estado ao qual se exige, enquanto requisito legal<sup>174</sup>, uma conexão estreita com a

---

<sup>170</sup> BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 230.

<sup>171</sup> NEUMAYER, “Autonomie de la volonté et dispositions impératives en droit international privé des obligations (suite et fin)”, p. 74.

<sup>172</sup> Expressão presente no n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma de 1980 sobre a lei aplicável às obrigações contratuais.

<sup>173</sup> Expressão presente no art. 16.º da Convenção de Haia sobre a Lei Aplicável aos Contratos de Mediação e à Representação.

<sup>174</sup> Refira-se a título de exemplo de normas que estabelecem o requisito de conexão estreita na aplicação de uma norma de aplicação imediata, quer pertencente ao Estado do foro quer a um Estado estrangeiro, os já citados artigos 16.º da Convenção de Haia sobre a Lei Aplicável aos Contratos de Mediação e à

situação a regular. Esta utilidade não deixa de ser premente, porquanto estamos numa matéria que é geralmente referida pela Doutrina como pertencendo ao domínio da discricionariedade deixada ao órgão aplicador do direito e, como tal, carecida de concretização jurisprudencial<sup>175</sup>. Pese embora Portugal se tenha reservado o direito de não aplicar o n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma<sup>176</sup> - possibilidade prevista no n.º 1 do art. 22.º do mesmo diploma -, preceito que prevê expressamente o requisito da conexão estreita, autores há que consagram o requisito da existência de uma conexão estreita entre o Estado e a situação a regular na aplicação de normas de aplicação imediata do foro (ainda que tal não esteja expressamente previsto no n.º 2 do art. 7.º da Convenção) nas mesmas condições em que a conexão estreita é requerida na aplicação de normas de aplicação imediata de terceiros Estados, tendo em conta o respeito pelo princípio da proximidade, premente no Direito Internacional Privado<sup>177</sup>. A conexão estreita não deixa de ser exigida de igual forma e com recurso aos mesmos critérios, segundo a posição destes autores, que acolhemos, tanto para a aplicação de normas de aplicação imediata de terceiros Estados como para a aplicação de normas de aplicação imediata do Estado do foro.

---

Representação, de 14 de março de 1978 e 23.º do Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais.

<sup>175</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1023; LANDO; NIELSEN, “The Rome I Regulation”, p. 1721; AUDIT; D’AVOUT, “DIP”, p. 883; BALLARINO, “DIP”, p. 640; MOSCONI, “DIPP, vol. I”, p. 137; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 342.

<sup>176</sup> O âmbito de aplicação temporal deste diploma compreende os contratos celebrados entre a data em que o diploma entrou em vigor em cada Estado contratante (no caso de Portugal, a 1 de setembro de 1994) e o dia 17 de dezembro de 2009, data em que o Regulamento Roma I substituiu as suas disposições, como previsto no art. 24.º do Regulamento.

<sup>177</sup> Cfr. NUYTS, Arnaud, “L’Application des lois de police dans l’espace”, *Revue critique de droit international privé*, v. 88, 1999, p. 49. Este autor cita JACQUET, J.-M. – “Aperçu de la Convention de Rome”, in LAGARDE, P. et VON HOFMANN, B. – “L’eupéanisation du droit international privé”, Publications de l’Académie de droit européen de Trèves, Vol. 8, Bundesanzeiger, 1996, p. 30, segundo os quais a precisão relativa à ligação estreita vale também para as normas de aplicação imediata do foro mesmo se a Convenção a formula em relação às normas de aplicação imediata estrangeiras.

## **1.2 A concretização jurisprudencial do conceito de “conexão estreita”**

O Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11-06-1996<sup>178 179</sup>, trata de uma ação intentada por um trabalhador contra a “União de Bancos Portugueses” com vista à declaração de nulidade do seu despedimento e consequente reintegração no trabalho ou satisfação de uma indemnização por antiguidade, alegando despedimento sem justa causa. O Autor, parte trabalhadora na relação laboral, tem nacionalidade Portuguesa e residência na Alemanha, o Banco demandado - entidade empregadora - tem a sua sede em Portugal, o contrato foi celebrado na Alemanha e foi nesse país executado. Para averiguar o direito aplicável – tratando-se de uma relação jurídica plurilocalizada, conexcionada com mais de uma ordem jurídica estadual - o Tribunal recorre ao critério supletivo do art. 42º do Código Civil Português, porquanto as partes não tiveram em vista a aplicação de uma qualquer lei em especial, e determina que, pela via conflitual, é aplicável o direito Alemão, visto que foi na Alemanha que o contrato se celebrou. O Tribunal considera um segundo plano na resolução do problema, que é o da “invocação de normas de direito material interno, pertencentes à “lex fori”, de aplicação necessária e imediata”, em paralelo com o plano do Direito Internacional Privado, i.e., do jogo das normas de conflitos. Com efeito, o Tribunal considera que a situação do despedimento sem justa causa da Autora podia ser legitimamente atacada pela invocação do art. 53º da Constituição da República Portuguesa e respetivas regras ordinárias do Decreto-Lei nº 372-A/75 de 16 de julho – em vigor à data dos factos -, preceito Constitucional esse que é encarado pelo Tribunal como sendo uma norma de aplicação “necessária e imediata”, atuando

---

<sup>178</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11-06-1996, Processo 4.345, Relator Carvalho Pinheiro, Colectânea de Jurisprudência, Tomo II/1996.

<sup>179</sup> Cfr. comentários e referências a este Acórdão: MARQUES DOS SANTOS, “Alguns princípios de Direito Internacional Privado e de Direito Internacional Público do Trabalho”, p. 105; BRITO, “Direito aplicável ao contrato internacional de trabalho. Algumas considerações a propósito do Código do Trabalho”, p. 123.

independentemente do sistema conflitual. O Tribunal, referindo MOURA RAMOS<sup>180</sup>, atende à vontade de aplicação, i.e. ao âmbito de aplicação espacial, do art. 53º da CRP para efeitos de a considerar aplicável ao caso, vontade essa que não é expressa mas tácita: a norma é, assim, “necessária e directamente aplicável – suportando e reforçando o direito ordinário que nele se inspira - a todos os trabalhadores, portugueses ou estrangeiros, que nessa matéria e ao abrigo de adequada conexão do contrato com a nossa ordem jurídica, buscam justiça nos tribunais de Portugal.” A vontade de aplicação da norma manifesta-se, assim, e segundo o Tribunal, quando estejam em causa trabalhadores Portugueses ou estrangeiros que discutam a ação em Portugal<sup>181 182</sup>. Não é alheia, também, ao Tribunal, a ideia de exigência de uma conexão estreita, apontada como “adequada conexão” entre a situação a regular e o Estado do foro, na aplicação de normas de aplicação imediata pertencentes ao Estado do foro. O Tribunal admite a existência da conexão estreita entre a situação a regular e a ordem jurídica do foro assente em dois elementos: o Banco Réu tem o seu domicílio em Portugal; a Autora tem nacionalidade Portuguesa. Estes dois elementos de conexão a Portugal concretizam a conexão estreita exigida para a aplicação da norma de aplicação imediata do art. 53º da CRP. Apesar de indicar dois planos para a resolução do problema – plano conflitual, com recurso às normas de conflitos, e plano das

---

<sup>180</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 790.

<sup>181</sup> Para as diferentes interpretações jurisprudenciais acerca do âmbito de aplicação espacial (implícito) desta norma, ver LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 276.

<sup>182</sup> Muitos autores veem a tomada em consideração da vontade de aplicação da norma de aplicação imediata preconizada pela teoria da conexão especial como expressão do método unilateralista em Direito Internacional Privado, seguido aqui, consideramos nós, pelo Tribunal. Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1023; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 231. Este último refere-se a um “unilateralismo condicionado” em que o juiz deverá examinar todas as legislações com que a fattispecie apresenta uma conexão, para avaliar se existem normas que se pretendam aplicar; PÉREZ BEVIA, José Antonio, “Disposiciones imperativas y leyes de policía en el Convenio de Roma de 19 de junio de 1980 sobre la ley aplicable a las obligaciones contractuales”, *Revista Española de Derecho Internacional*, v. 1, 1982, p. 116. A tomada em consideração da vontade de aplicação da norma de aplicação imediata estrangeira postulada pela teoria da conexão especial encerra em si uma atuação excludente do método conflitual, segundo alguns autores: o respeito pelo âmbito de aplicação espacial das normas de aplicação imediata tem a consequência de não passar pelo jogo das normas de conflitos gerais, mas antes pela “autoconexão” fixada nas referidas normas resultante do objetivo que elas prosseguem e pela função que acarretam. Cfr. NEUMAYER, “Autonomie de la volonté et dispositions impératives en droit international privé des obligations (suite et fin)”, p. 64, 74; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 231.

normas de aplicação “necessária e imediata” - o Tribunal conclui que nenhum dos planos deverá relevar para o caso, dado a Autora ter chegado a um acordo extrajudicial com o Banco Réu e ter, consequentemente, retirado a “queixa” que tinha intentado no Tribunal do Trabalho de Dusseldorf, o que determinou a desistência do pedido, a licitude do seu despedimento e a extinção do direito que pretendia fazer valer. Não deixa de ser relevante a concretização pelo Tribunal do conceito conexão estreita – domicílio de uma das partes em Portugal e nacionalidade Portuguesa da outra -, que difere não obstante do critério utilizado pelas decisões referidas *supra* (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-10-1991 e Tribunal da Relação do Porto, de 29-06-2015) para atribuir relevância a normas imperativas de terceiros Estados: a lei do lugar de execução do contrato<sup>183</sup>.

O Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 10-07-1997<sup>184</sup>, concretiza também o conceito de conexão estreita exigida pela lei. O Acórdão trata de uma ação intentada por “QUIMINOVA – Química Industrial e Agrícola, Lda” contra “General Electric Plastics, B. V.” com vista a que lhe seja paga uma indemnização por cessação de contrato de agência. A Autora tem domicílio em Portugal, a Ré tem a sua sede aparentemente na Holanda, apesar de o Tribunal nunca o especificar, e o contrato foi executado em Portugal. As partes escolheram a lei Holandesa como aplicável a qualquer litígio emergente do contrato. O Tribunal não aplica a lei Holandesa por considerar que a situação se insere no âmbito de aplicação espacial do art. 38º do Decreto-Lei nº 178/86, de 3 de julho, que

---

<sup>183</sup> E nesta medida difere igualmente do critério dado pela disposição do nº 3 do art. 9º do Regulamento Roma I, que não estava em vigor no momento em que ocorreram os factos do Acórdão, o qual atribui relevância a normas de aplicação imediata da lei do país em que as obrigações decorrentes do contrato devam ser ou tenham sido executadas. Para posições que criticam esta disposição com fundamento no seu carácter restritivo, ver BONOMI; VOLKEN, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, p. 296; BUREAU; D’AVOUT, “Les lois de police étrangères devant le juge français du contrat international”, p. 996. Favorável ao critério adotado pela disposição, ainda que reconhecendo a forma mais restritiva da sua redação, se encontra LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 310.

<sup>184</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 10-07-1997, Processo 495/97, Relator Pereira da Graça, Boletim do Ministério da Justiça, nº 469, Ano 1997, página 418.



regulamenta o contrato de agência ou representação comercial<sup>185</sup>, por sua vez tido como aplicável por via do art. 16º da Convenção de Haia de 1978 sobre a Lei aplicável aos Contratos de Mediação e à Representação<sup>186</sup>. O art 16º da Convenção de Haia exige uma “conexão efectiva” entre a situação e o Estado donde promanam as normas imperativas (no caso as normas materiais portuguesas que regulam o regime de cessação do contrato de agência). O Tribunal reputa o lugar da execução do contrato como elemento concretizador da conexão efetiva. Com efeito, declara que os “factos ocorreram totalmente em Portugal, aqui se praticaram os actos a que correspondem comissões, aqui se angariou a clientela consumista dos produtos provenientes da recorrida; aqui se produziram quase todos os efeitos do contrato” e também que “o contrato de agência [se] desenvolveu [...] todo, na sua execução prática, no País. Aqui se produziram os seus frutos.” O lugar da execução do contrato concretiza, então, mais uma vez, o requisito da conexão estreita.

O Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14-07-2011<sup>187</sup>, é o único Acórdão visado na nossa pesquisa que refere como aplicável à situação o nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma, que regula a aplicação de normas imperativas de um Estado que tenha com a situação uma conexão estreita. No entanto, fá-lo hipoteticamente e do ponto de vista de um Tribunal estrangeiro, ou seja, refere que o Tribunal estrangeiro, que é considerado no caso internacionalmente competente para o julgar segundo as normas de competência judiciária Portuguesas (reconhecendo ao mesmo tempo a incompetência internacional dos Tribunais Portugueses), terá de aplicar o regime imperativo Português por indicação do nº 1 do art. 7º. O Acórdão trata de uma ação intentada pela Autora “A, S.A” contra as Rés “B, SPA” e “C, SPA” com vista à obtenção de uma indemnização por danos

---

<sup>185</sup> Art. 38º do Decreto-Lei 178/86: “Aos contratos regulados por este diploma que se desenvolvam exclusiva ou preponderantemente em território nacional só será aplicável legislação diversa da portuguesa, no que respeita ao regime da cessação, se a mesma se revelar mais vantajosa para o agente.”

<sup>186</sup> Art. 16º da Convenção de Haia de 1978: “Na aplicação da presente Convenção poderá atribuir-se efeito às disposições imperativas de qualquer Estado com o qual a situação apresente uma conexão efectiva, se e na medida em que, segundo o direito desse Estado, tais disposições forem aplicáveis, qualquer que seja a lei designada pelas suas regras de conflitos.”

<sup>187</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14-07-2011, Processo 3006/08.8TVLSB.L1, Relator Henrique Antunes, Colectânea de Jurisprudência.

causados pelas Rés com a interrupção abrupta das negociações no âmbito de um contrato de concessão comercial. A Autora tem a sua sede em Portugal, as Rés têm a sua sede em Itália, o contrato foi celebrado e executado em Itália (aí se celebraram os contratos sucessivos de compra e venda entre as partes correspondentes à execução do contrato de concessão comercial), as partes escolheram como aplicável aos litígios emergentes do contrato a lei Italiana. O Tribunal pronuncia-se sobre a questão da lei aplicável e da competência judiciária. Refere como competente para regular a situação a lei Italiana, segundo o art. 3º da Convenção de Roma, em razão de ser essa a lei escolhida pelas partes. Chegando a este ponto, o Tribunal não dá o problema da aplicação do direito material por resolvido e atende à tomada em consideração de normas imperativas, exigência patente na Convenção de Roma. Refere-se, nomeadamente, às normas dirigidas à proteção do concessionário, que entende caberem no âmbito material do art. 7º da Convenção de Roma, o qual permite a aplicação do art. 38º do Decreto-Lei 178/86, de 3 de julho, por via da existência de uma conexão estreita entre o Estado Português (de onde emana o art. 38º do Decreto-Lei 178/86) e a situação a regular. O Tribunal refere-se à conexão estreita exigida no art. 7º da Convenção de Roma em moldes gerais, dizendo que “[a] Convenção admite, realmente, a interferência na lei normalmente competente para regular o contrato de concessão comercial de certas normas imperativas que com ele estejam em contacto, que, para esse efeito, são qualificadas como normas de aplicação imediata [...] (art 7º, nº 1).” Ou seja, as normas imperativas, entendidas como normas de aplicação imediata segundo o Tribunal, que se queiram aplicar ao contrato de concessão comercial terão de estar em contacto com esse contrato. O elemento que o Tribunal parece levar em conta para concretizar o requisito da conexão estreita exigido no nº 1 do art. 7º é o lugar em que os contratos exclusiva ou preponderantemente se desenvolvem, no caso o território Português: “Desde há 16 anos que foi concedido à A. o direito de, em exclusivo, comprar produtos da marca C. para revenda, em nome próprio e por sua conta e risco, no território português [...]”. O Tribunal trata, por hipótese, as normas materiais Portuguesas relativas à cessação do contrato de agência

(considerado análogo ao contrato de concessão comercial, e, portanto, aplicável) e, nomeadamente, as contidas no Decreto-Lei 178/86, como normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado, provido de uma conexão estreita com a situação, que deverão ser tomadas em conta pelo Tribunal internacionalmente competente para julgar o caso, o Tribunal Italiano, no âmbito do nº 1 do art. 7º, vinculativo para esse Tribunal. O Tribunal sob análise acaba, não obstante, por reconhecer a sua incompetência internacional para julgar o caso, ao mesmo tempo que conclui que “[...] o tribunal de um Estado vinculado pela Convenção de Roma, ainda que deva aplicar, por força de escolha das partes, a sua lei interna, deve considerar, no estatuto no contrato, as normas de protecção do agente comercial [resultantes da aplicação do Decreto-Lei 178/86] - extensíveis, por aplicação analógica ao concessionário - dado que se trata de normas de aplicação imediata ou necessária [...]”.

Os Tribunais que têm sido chamados a pronunciar-se sobre a aplicação de normas de aplicação imediata pertencentes a um Estado a que se exige (por força da lei – nos casos analisados, pelo art. 7º da Convenção de Roma e pelo art. 16º da Convenção de Haia sobre a Lei aplicável aos Contratos de Mediação e à Representação) a existência de uma conexão estreita com a situação a regular não têm seguido um critério uniforme na concretização dessa conexão. Se no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11-06-1996, a conexão estreita é materializada no domicílio de uma das partes e nacionalidade da outra, no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 10-07-1997, a conexão estreita corresponde ao lugar da execução do contrato (critério que também é adotado nos Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-10-1991 e do Tribunal da Relação do Porto, de 29-06-2015), e no Acórdão da Relação de Lisboa, de 14-07-2011, a conexão estreita corresponde ao lugar em que o contrato se desenvolve exclusiva ou preponderantemente, isto é, o lugar de revenda dos produtos adquiridos no âmbito de um contrato de concessão comercial. A divergência patente nos diferentes Acórdãos quanto à concretização da conexão estreita vai ao encontro das vozes críticas da teoria da conexão especial, que apontam a incerteza e imprevisibilidade

que lhe está subjacente quanto à tomada em consideração de normas de aplicação imediata pertencentes a um Estado que tenha uma conexão estreita com a situação, permitida pela discricionariedade deixada ao juiz na averiguação dessa conexão estreita. Esta discricionariedade permite, então, o estabelecimento de diferentes critérios na indagação do requisito da conexão estreita.

A mesma desuniformidade está presente nas posições Doutrinárias que têm sido adotadas por diferentes autores. Com efeito, autores há que fazem depender o critério da conexão estreita das situações em que, tratando-se de proibições de prestação editadas por um Estado estrangeiro, a transferência de valores pela qual se executa a obrigação se desenrola no todo ou em parte do território do Estado que editou a proibição<sup>188</sup>. Neste caso haveria uma “ligação suficientemente estreita” entre o Estado que editou as normas imperativas proibitivas e a situação a regular. Outros autores, referindo-se também a normas proibitivas nos contratos obrigacionais, referem que devem ser aplicadas as normas estrangeiras imperativas de carácter político e político-económico pertencentes ao Estado que tem o poder fáctico de as pôr em prática ou de as executar<sup>189</sup>. Outros autores há ainda que preenchem o conceito de “ligação suficientemente estreita” ou “conexão estreita” com recurso ao critério da competência jurisdicional<sup>190</sup>: se o Tribunal pertencente ao Estado que editou a norma é competente para julgar o caso, então haverá uma conexão estreita entre a situação e esse Estado; os mesmos autores avançam com um critério sistemático exposto no âmbito da Convenção de Roma<sup>191</sup>: a concretização da ligação suficientemente estreita pode basear-se nos critérios

---

<sup>188</sup> Cfr. ZWIEGERT, K., “Nichterfüllung auf Grund ausländischer Leistungsverbote”, *Rebels Zeitschrift für ausländisches und internationales Privatrecht*, 1942, p. 290–295. Apud NEUMAYER, “Autonomie de la volonté et dispositions impératives en droit international privé des obligations (suite et fin)”, p. 73.

<sup>189</sup> Cfr. KEGEL, G., “Internationales Privatrecht”, Munique: Verlag C. H. Beck, [s.d.]. Apud MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1000.

<sup>190</sup> Cfr. BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 343. Segundo o autor este critério seria aceitável apenas para os casos em que a norma internacionalmente imperativa não dote uma autoridade administrativa de poder sancionatório, casos em que não haveria uma harmonia internacional de decisões e poderia resultar em conflitos de deveres para as partes.

<sup>191</sup> Cfr. *Ibid.*, p. 345.

dados para o art. 4º da Convenção, os quais exprimem o princípio da proximidade. Admitindo que tal critério levaria à aplicação das normas de aplicação imediata pertencentes à *lex contractus*, estas poder-se-iam ainda assim considerar como pertencentes a um terceiro Estado caso as partes escolhessem a lei aplicável segundo o art. 3º da Convenção (que consubstanciaria a *lex causae*).<sup>192</sup>

Por outro lado, certos autores<sup>193</sup> têm entendido a “ligação suficientemente estreita” da teoria da conexão estreita como expressão de uma via bilateralista, em virtude de aquela se concretizar numa bilateralização dos elementos de conexão das normas de aplicação imediata do foro. Segundo este entendimento da teoria da conexão estreita, a bilateralização do elemento de conexão *ad hoc* das normas de aplicação imediata do foro serve como critério de reconhecimento de relevância das normas de aplicação imediata estrangeiras de conteúdo e função equivalentes. Seriam, assim, aplicáveis as normas de aplicação imediata estrangeiras que caíssem no âmbito de aplicação “bilateralizado” dado para as normas de aplicação imediata do foro equivalentes. Este entendimento tem merecido fortes críticas por parte de muitos autores, que entendem que a bilateralização assim preconizada atenta contra a especificidade da natureza das normas de aplicação imediata<sup>194</sup>. Além do mais, não teriam em conta o âmbito de aplicação<sup>195</sup>, ou seja, a vontade de

---

<sup>192</sup> Cfr. MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 324. Este autor tem uma posição crítica acerca da exigência de uma conexão estreita segundo a qual a ligação significativa é a que está na relação com o objeto da lei.

<sup>193</sup> Cfr. DEBY-GÉRARD, “Le rôle de la règle de conflit dans le règlement des rapports internationaux”, Paris: [s.n.], 1973; TOUBIANA, A., “Le domaine de la loi du contrat en droit international privé (contrats internationaux et dirigisme étatique)”, Paris: Delloz, 1972. Apud MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1003. Cfr. também LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 317. Segundo este autor “[n]a falta de demonstração em contrário, é de supor que as normas unilaterais ligadas às normas “autolimitadas” do foro consagram, como resultado de uma valoração conflitual, soluções que se revelam adequadas para todas as normas que apresentam conteúdo e função equivalentes, quer sejam normas do foro ou normas estrangeiras. Razão por que as normas unilaterais *ad hoc* são, em princípio, bilateralizáveis [...]”. Cfr. BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 353. Este autor é favorável a uma bilateralização dos critérios de conexão das normas de aplicação imediata do foro, não com o objetivo de construir verdadeiros e próprios critérios de conexão para as normas imperativas estrangeiras, mas com a função de concretizar o requisito da ligação estreita, exposição que é feita em análise ao art. 7º da Convenção de Roma.

<sup>194</sup> LOUSSOUARN; BOUREL; VAREILLES-SOMMIÈRES, “DIP”, p. 169.

<sup>195</sup> AUDIT; D’AVOUT, “DIP”, p. 170 e ss.; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1036; KARAQUILLO, “Étude de Quelques...”, p. 173.

aplicação, da norma de aplicação imediata estrangeira, dada a possível diferença existente entre os critérios de conexão da norma de aplicação imediata do foro, por um lado, e da norma de aplicação imediata estrangeira correspondente, por outro, diferença essa explicada pelos diferentes objetivos e fins prosseguidos pelas diferentes normas –objetivos e fins esses que estão espelhados no âmbito de aplicação espacial da norma<sup>196</sup>. Adicionalmente, uma norma de aplicação imediata não encontra necessariamente uma norma equivalente num ordenamento jurídico estrangeiro, pelo que haveria a possibilidade de se estar a ficcionar a existência de tal regra<sup>197</sup>.

De resto, são apontadas à teoria da conexão estreita vantagens e desvantagens no contexto do Direito Internacional Privado e nas relações entre os Estados. Considera-se que a atribuição de relevância a normas de aplicação imediata de terceiros Estados proclamada por esta teoria permite ter em conta a harmonia internacional de decisões com terceiros ordenamentos que tenham uma conexão significativa com a situação, assim como o bem comum universal e exigências da cooperação regional<sup>198</sup>. Promove a tendencial neutralidade dos sistemas de conflito e diminui a probabilidade de decisões contrastantes com a consequente minimização de riscos de “conflitos de deveres” para as partes, e impede além disso a adoção de uma atitude de nacionalismo jurídico por parte dos Estados<sup>199</sup>, como ficou ao que cremos demonstrado nas decisões analisadas que reconhecem relevância a normas imperativas de terceiros Estados<sup>200</sup>. Por outro lado, aponta-se

---

<sup>196</sup> Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 940. Cfr. MAYER; HEUZÉ, “DIP”, p. 101, 105. No entanto, este autor admite proceder, excecionalmente, à bilateralização do critério de conexão de uma norma de aplicação imediata do foro se se presumir razoavelmente que o interesse estadual que tal norma prossegue é comum a todos os Estados; No mesmo sentido, MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 294.

<sup>197</sup> Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1038; PISSARRA; CHABERT, “Normas de Aplicação Imediata...”, p. 42; KARAQUILLO, “Étude de Quelques...”, p. 169.

<sup>198</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 307.

<sup>199</sup> Cfr. WENGLER, Wilhelm, “Die Anknüpfung des zwingenden Schuldrechts im internationalen Privatrecht. Eine rechtsvergleichende Studie”, *Zeitschrift für Vergleichende Rechtswissenschaft*, 1941, p. 169 e ss. Apud BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 82.

<sup>200</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-10-1991, e Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 29-06-2015.

como desvantagem a não harmonia com a lei considerada competente pela norma de conflitos; segundo alguns autores recorre à técnica da cláusula geral, o que deixa ao intérprete uma larga margem de apreciação e um juízo de discricionariedade, com a conseqüente incerteza e imprevisibilidade que daí advém: efetivamente, a margem de discricionariedade deixada ao juiz na concretização do conceito de “conexão estreita” levou à adoção de diferentes critérios nas diferentes decisões examinadas; aumenta também o risco de cúmulo de normas de aplicação imediata de diferentes Estados que se queiram aplicar; limita a autonomia das partes e recorre ao *dépeçage*<sup>201</sup>, como adiante se verá.

## **2. O modo de aplicação das normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado**

Decisões jurisprudenciais têm posto em relevo duas técnicas debatidas na Doutrina relativamente à atribuição de relevância a normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado<sup>202</sup>. Referimo-nos especificamente ao modo de aplicação de normas de aplicação imediata.

### **2.1 Tomada em consideração de normas de aplicação imediata enquanto pressupostos de facto da *lex causae***

O Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12-11-2009<sup>203</sup>, trata de uma ação no domínio da responsabilidade civil extracontratual, na qual o Autor pede

---

<sup>201</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 307; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 230.

<sup>202</sup> Cfr. LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 318 e ss.; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 692 e ss.; BRITO, “A Representação...”, p. 716 e ss.; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 983 e ss.; BAPTISTA MACHADO, “Âmbito de Eficácia...”, p. 308 e ss.; LOUSSOUARN; BOUREL; VAREILLES-SOMMIÈRES, “DIP”, p. 171; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 280.

<sup>203</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12-11-2009, Processo 258/04.6TBMRA.E1.S1, Relator Oliveira Rocha, disponível no site da DGSJ.

uma indemnização por danos sofridos em acidente de viação. O Autor e Réus tripulantes têm nacionalidade Portuguesa, os veículos envolvidos têm matrícula Portuguesa e o acidente ocorreu em Espanha. O Tribunal considera como competente para regular a situação a lei Portuguesa, segundo o nº 3 do art. 45º do Código Civil Português, por ser a lei da nacionalidade ou da residência comum e o agente e o lesado se terem encontrado ocasionalmente em país estrangeiro.

O Tribunal faz referência à parte final do nº 3 do art. 45º do Código Civil: “Na parte final do nº 3 prevê-se, todavia, a existência de disposições que devem aplicar-se indistintamente a todas as pessoas. Trata-se das normas de aplicação rigorosamente territorial, como as que disciplinam o trânsito.” Esta norma, cujo teor é semelhante ao do art. 7º da Convenção de Haia, de 4 de Maio de 1971, sobre a lei aplicável em matéria de acidentes de viação<sup>204</sup>, tem sido referida por alguma Doutrina por nós pesquisada como constituindo o reconhecimento do carácter de normas de aplicação imediata às regras de trânsito (ou “regras de circulação e segurança”, como referido no art. 7º da Convenção de Haia) e outras normas imperativas que apresentem a conexão com a situação estabelecida pela norma sob análise<sup>205</sup>, já que tais normas deverão ser aplicadas, segundo as disposições do Estado local, “indistintamente a todas as pessoas”, isto é, independentemente do carácter internacional da relação<sup>206</sup> (característica que é comum às normas de aplicação imediata).

---

<sup>204</sup> Nº 3 do art. 45º do Código Civil: “Se, porém, o agente e o lesado tiverem a mesma nacionalidade ou, na falta dela, a mesma residência habitual, e se encontrarem ocasionalmente em país estrangeiro, a lei aplicável será a da nacionalidade ou a da residência comum, *sem prejuízo das disposições do Estado local que devam ser aplicadas indistintamente a todas as pessoas.*” (meu sublinhado); Art. 7º da Convenção de Haia de 4 de maio de 1971, sobre a lei aplicável em matéria de acidentes de viação: “Seja qual for a lei aplicável, devem ter-se em conta, na determinação da responsabilidade, as regras de circulação e de segurança em vigor no lugar e no momento do acidente.” Cfr. comparação entre as duas normas: BRITO, “A Representação...”, p. 712; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 678; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 410.

<sup>205</sup> Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 898; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 677. Ambos os autores citam BAPTISTA MACHADO, na sua obra “Lições de Direito Internacional Privado”, 2ª ed., p. 373, que se referia às regras de trânsito como “normas administrativas”, com carácter “de ordem e interesse público.”; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 410. Este autor refere-se a “normas imperativas” e não especificamente a normas de aplicação imediata.

<sup>206</sup> MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 677.



As normas Espanholas que regulam o trânsito no caso, consideradas por nós, seguindo a Doutrina citada, como normas de aplicação imediata (o art. 13º e o nº 1 do art. 19º da Lei sobre o tráfego, circulação de veículos a motor e segurança rodoviária, aprovada pelo Real Decreto Legislativo nº 338/1990, de 2 de março) são tomadas em consideração no âmbito da *lex causae*, a lei Portuguesa. O Tribunal considera que o desrespeito destas normas pelo Réu, dado como provado, originou a presunção da sua culpa na ocorrência do acidente, culpa essa avaliada à luz dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual disciplinados pela *lex causae* (a Portuguesa). Este Acórdão acompanha assim a tese seguida por alguns autores segundo a qual as regras de trânsito rodoviário constituem pressupostos de facto - e são elementos que integram a interpretação e aplicação - da lei considerada competente<sup>207</sup>. Tal como referido nesta tese, a *lex causae* não deixa de determinar os efeitos de direito privado para o caso concreto, já que é o regime Português, o competente, que regula a matéria da responsabilidade civil extracontratual no seu todo, tomando o Tribunal em consideração a lei Espanhola cuja violação (desrespeito das leis de trânsito Espanholas pelo Réu) faz originar a culpa do Réu.

Esta decisão concede relevância – em matéria extracontratual – a normas de aplicação imediata estrangeiras não pertencentes à *lex causae*, mas ainda assim consideradas no âmbito da lei competente. O Tribunal não atende ao conteúdo precativo das normas, por nós consideradas de aplicação imediata, seguindo a Doutrina citada. O conteúdo destas normas foi tomado em conta no âmbito da aplicação da lei considerada competente enquanto pressuposto de facto. As normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado (no caso, o Estado Espanhol) ficaram submetidas à estatuição da *lex causae* e não se aplicaram autonomamente ao caso concreto. Esta técnica – tomada em consideração de normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado enquanto

---

<sup>207</sup> Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 311. Este autor cita EHRENZWEIG, A. A., “Private International Law - General Part”, Nova Iorque: Sijthoff/Oceana Publications, Inc, 1967, p. 83–85.

pressuposto de facto que integra a hipótese da lei material competente – é defendida por alguns autores no tocante ao modo de aplicação de normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado e é apelidada por alguma Doutrina de técnica material ou substancial<sup>208</sup>.

Neste sentido, e à luz da legislação relevante – ainda que em matéria de obrigações contratuais – neste domínio, alguma Doutrina propugna que o n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma toma em consideração normas de aplicação imediata de terceiros Estados na estrita medida da sua integração na estatuição da *lex causae*, adotando assim a técnica material<sup>209</sup>. Apesar de o Acórdão examinado ter seguido esta técnica, em nenhum foi aplicado o n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma, porquanto em ambos se tratou de matérias que não se encontram no âmbito de aplicação material deste diploma, isto é, de obrigações contratuais, e, portanto, essa interpretação do preceito não pode ser atribuída ao Tribunal.

Em matéria de obrigações extracontratuais, em nossa opinião, o art. 17.º do Regulamento Roma II, que disciplina a aplicação de regras de segurança e de conduta (aplicadas no Acórdão), não aplicável ao Acórdão por razões de âmbito de aplicação temporal do diploma, segue esta técnica, na medida em que tais regras devem ser “tidas em conta [...] a título de matéria de facto” na avaliação do “comportamento da pessoa cuja responsabilidade é invocada”.

A técnica material ou substancial identifica-se com uma variante da “teoria do estatuto obrigacional”, a qual reconhece relevância a normas de aplicação imediata não pertencentes à *lex causae* no domínio das obrigações. Esta variante resulta na tomada em consideração de normas de aplicação imediata estrangeiras de terceiros Estados enquanto pressupostos de facto que integram a previsão das

---

<sup>208</sup> Apelidada assim por BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 280 e ss.

<sup>209</sup> Cfr. BRITO, “A Representação...”, p. 717. Para esta autora a estatuição própria da norma de aplicação imediata estrangeira aplicada por via do n.º 1 do art. 7.º não é recebida no foro, podendo a sua finalidade ser tida em conta; BUREAU; D’AVOUT, “Les lois de police étrangères devant le juge français du contrat international”, p. 996 e ss., segundo os quais o teor ambíguo do art. 7.º torna-o compatível com as duas concepções: tomada em consideração ou aplicação direta; LOUSSOUARN, Yvon; BOUREL, Pierre, “Droit International Privé”, 6. ed. Paris: Éditions Dalloz, 1999, p. 452.

normas materiais da lei competente<sup>210</sup>. As normas de aplicação imediata assim consideradas relevam enquanto condicionantes da aplicação da lei material competente<sup>211</sup>, constituindo elementos integrativos da interpretação e aplicação desta<sup>212</sup>. A lei material competente não deixa de determinar, segundo esta variante, os efeitos de direito privado para a situação a regular<sup>213</sup>. Tem-se dado como exemplos clássicos desta variante, em matéria contratual, a existência de uma disposição proibitiva de um terceiro Estado que torna impossível o cumprimento da obrigação (por exemplo por o cumprimento exigir a intervenção de uma autoridade pública ou pela possibilidade de o cumprimento da obrigação ser objeto de uma sanção), e a violação de uma disposição de um Estado terceiro que ofenda *os bons costumes* desse Estado quando estes se identifiquem com os do Estado do foro, tornando o contrato inválido<sup>214</sup>. Em ambos os casos as disposições são consideradas no âmbito da *lex causae*, que determina as consequências jurídicas resultantes para a situação a regular.

## **2.2 Aplicação direta de normas de aplicação imediata não pertencentes à *lex causae* e as consequências de direito privado resultantes dessa aplicação**

A segunda técnica debatida pela Doutrina no tocante ao modo de aplicação de normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado presente em

---

<sup>210</sup> A descrição desta variante consta das seguintes obras: LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 304; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 692; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 986; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 227.

<sup>211</sup> A descrição contida no texto consta da seguinte obra: MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 986.

<sup>212</sup> A descrição contida no texto consta da seguinte obra: MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 701.

<sup>213</sup> Cfr. BRITO, “A Representação...”, p. 722 e ss., enquadrado numa análise do art. 7º, nº 1 da Convenção de Roma.

<sup>214</sup> Os exemplos dados constam das seguintes obras: LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 139; MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 986; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 281 e ss.

decisões de Tribunais Portugueses (ainda que se pronunciem também sobre normas de aplicação imediata do foro, como adiante se verá e justificará), é apelidada de técnica conflitual por alguns autores<sup>215</sup>. Segundo esta técnica, seguida pelos Acórdãos examinados adiante, as estatuições das normas de aplicação imediata aplicam-se diretamente às situações que pretendem regular, independente e autonomamente do conteúdo da lei considerada competente pela norma de conflitos.

No domínio da aplicabilidade direta de normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado – no âmbito, portanto, da técnica conflitual - é corrente a discussão sobre que efeitos dar a essas normas à situação a regular, e qual a conjugação que deve ser feita, a ser feita alguma conjugação, com os preceitos da *lex causae* aplicáveis. Esta preocupação é revelada, nomeadamente, no plano das obrigações contratuais. A discussão é, no entanto, atenuada em relação a normas de aplicação imediata que fixam expressamente elas próprias os efeitos jurídicos resultantes da sua aplicação<sup>216</sup>.

Neste seguimento, algumas decisões de Tribunais Portugueses têm tratado o modo de aplicação de normas de aplicação imediata segundo a técnica conflitual, isto é, atendendo diretamente ao conteúdo precativo destas normas. Como referido, analisar-se-á não só decisões que aplicam uma norma de aplicação imediata considerada como pertencente a um terceiro Estado, mas também decisões que aplicam uma norma de aplicação imediata pertencente ao foro. O cabimento das decisões que aplicam uma norma de aplicação imediata do foro no presente capítulo é justificado pela posição de equivalência em que se encontram os efeitos

---

<sup>215</sup> É apelidada assim por BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 283 e ss.

<sup>216</sup> A título de exemplo, cfr. Lei 19/2012, de 8 de maio, relativo ao regime jurídico da concorrência, e o seu n.º 2 do art. 2.º conjugado com o n.º 2 do art. 9.º; n.º 2 do art. 9.º: “[...] são nulos os acordos entre empresas e as decisões de associações de empresas proibidas pelo número anterior.”; cfr. Lei 107/20001, de 8 de setembro, relativo às leis de base do património cultural e o seu n.º 1 do art. 69.º; n.º 1 do art. 69.º: “Em condições de reciprocidade, consideram-se nulas as transações realizadas em território português incidentes sobre bens pertencentes ao património cultural de outro Estado e que se encontrem em território nacional em consequência da violação da respectiva lei de protecção.”

e as consequências jurídicas resultantes tanto da aplicação de normas de aplicação imediata do foro como de terceiros Estados. A justificação teórica para tal equivalência pode ser fundada no princípio da igualdade, defendida entre a Doutrina Portuguesa por MARQUES DOS SANTOS<sup>217</sup> neste particular, que reclama igual tratamento na atuação de normas de aplicação imediata do foro e estrangeiras<sup>218</sup>. Este igual tratamento faz exigir, assim, uma *ratio decidendi* não díspar na averiguação dos efeitos jurídicos a atribuir quer a uma norma de aplicação imediata pertencente a um terceiro Estado quer a uma norma de aplicação imediata pertencente ao Estado do foro. Tem-se em vista, então, um exercício comparativo entre decisões que determinam os efeitos jurídicos resultantes da aplicação de normas de aplicação imediata do foro e de normas de aplicação imediata pertencente a um terceiro Estado, isto é, de Estados a que não é reconhecida competência para regular o caso pelas normas de conflitos do foro, porquanto o raciocínio referente ao modo de aplicação não deverá divergir, segundo o princípio da igualdade, pelo facto de se tratar de normas de aplicação imediata estrangeiras e normas de aplicação imediata do foro.

O Acórdão da Relação de Lisboa, de 14-07-2011<sup>219</sup>, já analisado no âmbito da concretização da “conexão estreita”, ficciona a aplicação de normas de aplicação imediata pertencentes ao seu ordenamento jurídico – no caso as normas materiais de proteção do concessionário aplicáveis por via do art. 38º do Decreto-Lei 178/86 – pelo Tribunal estrangeiro Italiano considerado internacionalmente competente. As normas são, assim, tratadas como normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um Estado (Português) estreitamente conexionado com a situação, segundo o nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma. Remetendo a matéria

---

<sup>217</sup> MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1049.

<sup>218</sup> No mesmo sentido, à luz do nº 1 do art 7º da Convenção de Roma, ver PÉREZ BEVIÁ, “Disposiciones imperativas y leyes de policía en el Convenio de Roma de 19 de junio de 1980 sobre la ley aplicable a las obligaciones contractuales”, p. 122.; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 370 e ss. Em sentido contrário, BRITO, “A Representação...”, p. 716 e ss., que defende uma diferença de tratamento a dar às normas de aplicação imediata estrangeiras e do foro, tendo em conta o disposto, respetivamente, no nº 1 (“pode ser dada prevalência”) e no nº 2 (“aplicação”) do art. 7º da Convenção de Roma.

<sup>219</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14-07-2011, Processo 3006/08.8TVLSB.L1, Relator Henrique Antunes, Colectânea de Jurisprudência.

constante do Acórdão para o texto que a trata no domínio da concretização da “conexão estreita”, recordar-se-á aqui que o Tribunal considera como competente para regular a situação a lei Italiana, segundo o art. 3º da Convenção de Roma, por ser a lei escolhida pelas partes. O Tribunal entende que o caso se encontra no âmbito de aplicação espacial de normas imperativas dirigidas à proteção do concessionário por via do art. 38º do Decreto-Lei 178/86, considerado aplicável pelo preceito do nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma, estabelecida que está a conexão estreita entre o Estado que edifica as normas – o Estado Português, ficcionado no Acórdão como um Estado estrangeiro– e a relação contratual. Chegado à determinação da lei aplicável pela norma de conflitos e ao reconhecimento de relevância das normas de aplicação imediata com vontade de se aplicarem ao caso, o Tribunal pronuncia-se sobre o modo de atuação destas últimas: “Mas o mesmo sucede com um tribunal estrangeiro de um Estado vinculado à Convenção de Roma. É que força da Convenção o tribunal estrangeiro - v.g. o italiano - deve proceder à coordenação entre as disposições contidas na lei de protecção, dado o seu carácter de normas de aplicação imediata ou necessária, com o estatuto contratual, integrando no direito competente o regime de protecção oriundo da lei portuguesa (artº 7 nº 1).” O Tribunal, referindo a coordenação que deve ser feita entre as normas de aplicação imediata aplicáveis e as normas do estatuto contratual, admite o recurso ao *dépeçage*. A relação contratual não será, assim, regulada por normas pertencentes a uma só lei – a lei Italiana, considerada competente pela norma de conflitos do art. 3º da Convenção de Roma, e a lei Portuguesa, aplicável por vontade própria das normas de aplicação imediata – mas regulada por normas pertencentes a ambos os ordenamentos jurídicos. O Tribunal reporta-se ao método unilateralista desencadeado pelo preceito do art. 38º do Decreto-Lei 178/86: “A disposição mencionada [o art. 38º] [...] tem o sentido de atribuir a certas normas daquela espécie contratual a natureza de normas *que pretendem aplicar-se mesmo a situações internacionais* regidas por uma lei diferente [...]” (meu sublinhado). A aplicação de tais normas é independente, portanto, do ponto de vista do Tribunal, do que dispõe a norma de conflitos.

Referindo que o regime de proteção presente nas normas imperativas deve ser integrado no direito competente, o Tribunal reconhece que tal regime não se substituirá por completo ao direito competente, mas regulará, cumulativamente, com ele, a situação, e com ele determinará as consequências jurídicas para o caso.

Semelhante raciocínio tem o Tribunal da Relação de Lisboa, de 10-01-1996<sup>220</sup> <sup>221</sup>, desta feita dirigido ao modo de atuação de normas de aplicação imediata do foro. O Acórdão trata de uma ação intentada pelo Autor contra o Estado Português com vista a que este seja condenado no pagamento de indemnizações resultantes de despedimento sem justa causa no âmbito de um contrato de trabalho. O Autor tem nacionalidade Portuguesa e residência em Belgrado, na então Jugoslávia, a outra parte é o Estado Português, o contrato de trabalho foi celebrado entre ambas as partes em Belgrado e aí foi prestado o trabalho e pagas as retribuições em dinares jugoslavos.

Segundo o Tribunal, as partes não escolheram a lei aplicável ao contrato. Seguindo o raciocínio, o Tribunal declara que a relação jurídica apresenta uma “ligação muito mais forte” à ordem jurídica Jugoslava do que à Portuguesa, atentos os elementos descritos da relação contratual, e considera competente para regular o caso a lei Jugoslava por ser a lei do lugar da celebração do contrato prevista na norma de conflitos do n.º 2 do art. 42º do Código Civil Português e por ser a *lex loci laboris*, que é “aquela que em princípio expressa uma mais forte ligação do contrato com uma determinada ordem jurídica”<sup>222</sup>.

O Tribunal considera que o caso se integra no âmbito do art. 53º da Constituição da República Portuguesa, que proíbe os despedimentos sem justa causa, e do art. 12º do Decreto-Lei n.º 372-A/75, de 16 de julho, que concretiza o

---

<sup>220</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 10-01-1996, Processo 9090, Relator Melo e Mora, Colectânea de Jurisprudência, Tomo I/1996.

<sup>221</sup> Ver referências e comentários a este Acórdão em MARQUES DOS SANTOS, “Alguns princípios de Direito Internacional Privado e de Direito Internacional Público do Trabalho”, p. 106; BRITO, “Direito aplicável ao contrato internacional de trabalho. Algumas considerações a propósito do Código do Trabalho”, p. 123.

<sup>222</sup> O Tribunal cita e usa a expressão de MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 917.

preceito constitucional, considerados aplicáveis por se tratar de “normas de «aplicação necessária e imediata», as quais não podem deixar de aplicar-se à relação laboral” não obstante a lei competente ser a Jugoslava.

No respeitante ao modo de atuação das normas de aplicação imediata que se querem aplicar e à sua conjugação, a ser feita, com os preceitos materiais da *lex causae*, o Tribunal circunscreve a aplicação daquelas à parte respeitante ao despedimento sem justa causa e suas consequências. Nas palavras do Tribunal, “[a] lei do foro prevalece – mas tão só nessa parte [despedimento sem justa causa e suas consequências] sobre a lei do contrato. No caso vertente as normas da lei nacional (que regulam a matéria), aplicam-se ao contrato celebrado entre o Autor e o réu, o qual, *no mais, é regulado pela lei do lugar da sua execução* ou seja, pela lei jugoslava” (meu sublinhado). Continuando, “[p]or isso parece-nos ter razão o Autor quando pretende que ao seu despedimento se aplique o DL nº 372-A-75 e até também o artº 24º nº 2 do DL nº 215-B/75 de 0 de Abril [...], *embora essa aplicação se tenha de restringir aos preceitos relativos ao despedimento sem justa causa e suas consequências.*” (meu sublinhado). Tal como no Acórdão da Relação de Lisboa, de 14-07-2011, anteriormente analisado, apesar de não aplicar ao caso a Convenção de Roma dado que a relação contratual não se encontra no âmbito de aplicação temporal desse diploma (o contrato foi celebrado em Dezembro de 1974), o Tribunal segue a tese da não modificação por inteiro do estatuto contratual operada pela aplicação das normas de aplicação imediata, limitando a produção dos seus efeitos à matéria a que reportam, intervindo pontualmente na relação contratual, dando, assim, lugar ao *dépeçage*: as demais questões jurídicas não previstas pelas normas de aplicação imediata serão reguladas pela lei competente, no caso a lei Jugoslava. O Tribunal acaba por considerar a nulidade do despedimento e as suas consequências à luz da lei do foro – a lei de onde emanam as normas de aplicação imediata.



No mesmo sentido se pronuncia o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 20-02-2013<sup>223</sup>. Tratando também de um caso de despedimento no âmbito de um contrato de trabalho, em que o trabalhador tem nacionalidade e residência na Bélgica, a entidade empregadora tem sede na Bélgica, o contrato foi celebrado na Bélgica e executado em Portugal, e a lei considerada competente para reger o contrato é a lei Belga por via do disposto nos arts. 41º e 42º do Código Civil Português – residência habitual comum das partes -, o Tribunal considera que o caso se encontra no âmbito de aplicação espacial da norma de aplicação “necessária e imediata” do art. 53º da Constituição da República Portuguesa, que proíbe os despedimentos sem justa causa, permitidos precisamente pela lei Belga considerada competente.

O Tribunal adota a tese da aplicação pontual das normas de aplicação imediata aos factos a que reportam, no caso ao despedimento, não substituindo por inteiro o regime da lei primariamente competente. As restantes questões do contrato deverão ser regidas, esclarece o Tribunal, pela lei do estatuto contratual, a lei Belga: “[...] por se considerar a norma do art. 53º da Constituição como norma de aplicação necessária e imediata, se impõe a aplicação ao caso (*no que concerne à questão do despedimento* [e apenas pontualmente a esta questão]) do direito português”, meu sublinhado. E prosseguindo, “[r]elativamente a todas as outras questões colocadas nos autos, que não tenham a ver directamente com o despedimento, é aplicável o direito belga” – que é, como referido, a lei do estatuto contratual -, e nomeadamente a questão de saber quem era o empregador real do trabalhador. O Tribunal admite como princípio o recurso ao *dépeçage*: ao contrato de trabalho seriam aplicáveis regimes pertencentes a diferentes ordens jurídicas resultante da vontade de aplicação da norma de aplicação imediata do art. 53º da Constituição da República Portuguesa e da vontade da norma de conflitos do art. 42º do Código Civil Português. Admite como princípio porque acaba por se pronunciar sobre a impossibilidade de determinação do conteúdo da lei Belga, pelo

---

<sup>223</sup> Acórdão do Tribuna da Relação de Lisboa, de 20-02-2013, Processo 3319/07.6TTLSB.L3-4, Relatora Maria João Romba, disponível no site da DGSJ.

que aplica ao caso as regras do direito comum Português, seguindo o nº 3 do art. 348 do Código Civil Português.

O Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04-11-2015<sup>224</sup>, versa sobre uma ação intentada pelo Autor com vista a que seja reconhecida a ilicitude do seu despedimento efetuado pela entidade patronal “BB, SL” no âmbito de um contrato de trabalho celebrado entre ambas as partes. O Autor tem nacionalidade Portuguesa, a Ré é uma pessoa coletiva de direito Espanhol com sede em Espanha, o contrato foi celebrado em Espanha e o Autor prestou o seu trabalho em Portugal. No contrato ficou estabelecido que a lei aplicável às questões emergentes da relação laboral seria a Espanhola, tendo para o efeito o Tribunal mencionado o art. 3º da Convenção de Roma, que determina como competente para reger o contrato a lei escolhida pelas partes. No entanto, o Tribunal admite que a lei aplicável à situação é a lei Portuguesa em virtude da vontade de aplicação das normas de aplicação imediata do foro contidas no art. 53º da Constituição da República Portuguesa e em regras ordinárias concretizadoras desse preceito. Segundo o Tribunal, essa vontade expressa-se quando estão em causa “contratos que se executem em Portugal (quer sejam sujeitos ou não à lei portuguesa) e que poderá ainda aproveitar aos trabalhadores portugueses (ou aos estrangeiros residentes em Portugal) que, por contrato submetido a uma ordem jurídica estrangeira, sejam contratados por empregadores portugueses, ainda que para um trabalho que, ao menos em parte, decorra no estrangeiro.” É o que acontece no caso, relativamente à primeira parte (“contratos que se executem em Portugal”), tendo em conta a factualidade descrita: o contrato é executado em Portugal.

No caso sob análise, o Tribunal considera que o Autor foi despedido por meio de carta registada com produção de efeitos imediatos sem que lhe fosse dado o direito de defesa, direito esse que o Tribunal reputa de “imperativo basilar do nosso Ordenamento Jurídico Português e de aplicação necessária e imediata” e previsto

---

<sup>224</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04-11-2015, Processo 2998.14.2TTLSB.L1-4, Relator Leopoldo Soares, disponível no site da DGSJ.

no nº 10 do art. 32º da Constituição da República Portuguesa, aplicável pela sua natureza de norma de aplicação “necessária e imediata”.

Seguindo um entendimento diferente dos três Acórdãos precedentes da Relação de Lisboa, de 14-07-2011, de 10-01-1996 e de 20-02-2013, este Acórdão diverge no tratamento a dar ao modo de atuação das normas de aplicação imediata aplicáveis. Com a aplicação destas normas o Tribunal opera uma mudança *in toto* do regime regulador do contrato - primariamente o Espanhol por via do art. 3º da Convenção de Roma que postula o princípio da autonomia privada – privando-o de qualquer competência para reger o contrato ou qualquer uma das suas partes. A lei aplicável ao contrato de trabalho é a lei Portuguesa, sem mais: “considera[-se] aplicável à situação em análise o nosso ordenamento jurídico (o de Portugal) e não o de Espanha.” O regime das normas de aplicação imediata que se querem aplicar substitui, assim, o regime do estatuto contratual no tocante a todos os efeitos jurídicos, não dando lugar a qualquer conjugação ou harmonização de preceitos pertencentes a ordens jurídicas diferentes nem, consequentemente, ao *dépeçage* previsto nas três decisões anteriores.

Em sentido divergente se encontra o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 02-06-2014<sup>225</sup>. Tratando das mesmas questões presentes no Acórdão precedente do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04-11-2015 – despedimento sem justa causa, não observação de um procedimento de defesa anterior ao despedimento para o trabalhador, a lei escolhida pelas partes para reger o contrato foi a Francesa – o Tribunal aplica os mesmos preceitos do nº 10 do art. 10º conjugado com o art. 53º, ambos da Constituição da República Portuguesa, que considera serem de natureza imperativa, aplicáveis por via do nº 2 do art. 7º da Convenção de Roma. Admitindo o Tribunal que o regime Francês prevê para o despedimento o requisito de uma “cause réelle et sérieuse”, considera que o procedimento é, no entanto, “bem mais ligeiro” do que o regime Português e

---

<sup>225</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 02-06-2014, Processo 930/08.1TTPRT.P2, Relatora Paula Leal de Carvalho, disponível no site da DGSJ.

incompatível com as normas constitucionais mencionadas, pelo que estas deverão prevalecer sobre aquele.

A decidir-se pela aplicação das normas imperativas do foro, circunscreve-a ao procedimento que levou ao despedimento: “[...] do exposto conclui-se que a aplicação do regime da lei francesa *relativa ao procedimento conducente ao despedimento* seria inconstitucional e, por isso, incompatível com as normas imperativas da CRP e com a ordem pública do foro português, não sendo, por consequência, aplicáveis, antes o sendo a legislação portuguesa” (meu sublinhado). Apesar de não o referir expressamente, nada leva a crer que o Tribunal quis submeter as demais questões emergentes do contrato ao regime resultante da aplicação das normas de aplicação imediata do foro, reservando-lhes antes a disciplina da lei primariamente competente.

Através das decisões analisadas podemos concluir que o modo de aplicação de normas de aplicação imediata, quer pertencentes a um terceiro Estado quer do foro, não é tratado uniformemente pelos Tribunais Portugueses, apesar de poder ser observada uma tendência para a conjugação e harmonização entre a aplicação dos preceitos das normas internacionalmente imperativas e a aplicação da *lex causae*, e para o conseqüente *dépeçage*. Acolhendo a “técnica conflitual” em que os Tribunais aplicam diretamente as estatuições das normas de aplicação imediata - desprovidas de um título de competência conferido pela norma de conflitos do foro -, às situações que julgam, e não as integram enquanto pressupostos de facto nos preceitos da *lex causae*, e nomeadamente à luz do art. 7º da Convenção de Roma, a diversidade das decisões não deixa de poder ser explicada pelo juízo discricionário que é deixado ao juiz. Nota-se, no entanto, uma tendência para a limitação da aplicação das normas de aplicação imediata e os seus respetivos efeitos às hipóteses que preveem.

De resto, o modo de aplicação das normas de aplicação imediata seguido pelos Tribunais, à exceção do Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04-11-2015, segue uma posição bastante difundida na Doutrina, que expressa,

precisamente, a não substituição por completo dos preceitos da *lex causae* pelos preceitos das normas de aplicação imediata à situação a regular. Segundo esta posição, e à semelhança do que se verificou nos Acórdãos seguidos, não deverá haver uma sobreposição *in toto* dos preceitos das normas de aplicação imediata no estatuto contratual (sobreposição essa que se observou, exceccionalmente, no Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04-11-2015), mas antes uma aplicação em conjunto dos preceitos aplicáveis quer da lei competente quer das normas de aplicação imediata que se queiram aplicar<sup>226</sup>. Esta consagração da aplicabilidade simultânea das disposições pertencentes às duas categorias de normas desagua num *dépeçage*<sup>227</sup> inerente ao raciocínio exposto: a situação a regular, nomeadamente a relação contratual, não será regida por uma única lei que a regule no seu todo, mas por diversas leis que se queiram aplicar, quer por vontade da norma de conflitos quer por vontade própria, a diferentes partes da relação jurídica. Consequentemente, segundo esta posição, que encontra eco nas decisões jurisprudenciais analisadas<sup>228</sup>, as normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado deverão incidir de modo pontual na relação contratual, não operando uma modificação por completo do estatuto contratual mas apenas relativamente aos factos a que se reportam e aos efeitos que prescrevem, deixando as restantes questões carecidas de regulamentação ao domínio da lei primariamente competente<sup>229</sup>.

---

<sup>226</sup> Neste sentido, cfr. MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 702 e ss.; LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 308; MOSCONI, “DIPP, vol. I”, p. 137; BRITO, “A Representação...”, p. 709. Esta autora circunscreve o raciocínio aos preceitos das normas de aplicação imediata do foro, tendo em conta o teor dos números do art. 7º da Convenção de Roma, os quais divergem no tratamento a dar, segundo a autora, às normas de aplicação imediata do foro (“aplicação”) e às pertencentes a um Estado com uma conexão estreita com a situação (“pode ser dada prevalência”); BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 372; PÉREZ BEVIÁ, “Disposiciones imperativas y leyes de policía en el Convenio de Roma de 19 de junio de 1980 sobre la ley aplicable a las obligaciones contractuales”, p. 122.

<sup>227</sup> BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 38 e ss.

<sup>228</sup> Essa foi também a decisão dos Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-10-1991 e do Tribunal da Relação do Porto, de 29-06-2015, que consideram normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado em conjugação com a lei considerada competente pela norma de conflitos do foro.

<sup>229</sup> BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 38–39.

### **3. O nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma, o nº 3 do art. 9º do Regulamento Roma I e o art. 17º do Regulamento Roma II no âmbito da atribuição de relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado**

Em matéria de obrigações contratuais, a interpretação dada por alguns autores ao nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma é a de que o preceito dita uma verdadeira aplicação das normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado<sup>230</sup>. Posições têm sido também adotadas no sentido de atribuir ao nº 3 do art. 9º do Regulamento Roma I o reconhecimento de uma verdadeira aplicação, i.e. uma aplicação direta, dos preceitos da norma de aplicação imediata pertencente ao Estado em que as obrigações decorrentes do contrato devam ser ou tenham sido executadas, independentemente, portanto, do que dispõe a *lex causae*<sup>231</sup>. Neste sentido se pronunciou o Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 18-10-2016<sup>232</sup>, em que, atendendo a um pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Bundesarbeitsgericht, na Alemanha, relativo, nomeadamente e para o que aqui releva, à interpretação do nº 3 do art. 9º do Regulamento Roma I, declara que este preceito derroga o princípio da livre escolha da lei aplicável pelas partes no contrato. O Tribunal do foro deverá, então, aplicar as normas de aplicação imediata por via dos nº 2 e 3 do art. 9º “como regras jurídicas”, ou seja, atendendo à sua

---

<sup>230</sup> Cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1018 e ss., o qual considera dever ser feita uma indistinção entre normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae* e a um terceiro Estado; LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 303; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 702; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 284; PÉREZ BEVIÁ, “Disposiciones imperativas y leyes de policía en el Convenio de Roma de 19 de junio de 1980 sobre la ley aplicable a las obligaciones contractuales”, p. 117 e ss.; MOSCONI, “DIPP, vol. I”, p. 178; MAYER, “Les lois de police étrangères”, p. 309.

<sup>231</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 301; BUREAU; D’AVOUT, “Les lois de police étrangères devant le juge français du contrat international”, p. 996; BONOMI; VOLKEN, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, p. 296 e ss. No sentido de que o preceito pode ditar tanto uma aplicação direta como indireta das normas de aplicação imediata, ver MARAZOPOULOU, Vassiliki, “Overriding Mandatory Provisions of Article 9 paragraph 3 of the Rome I Regulation”, *Revue Hellénique de Droit International*, 2011, p. 788.

<sup>232</sup> Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 18-10-2016, Processo C-135/15, Relator C. Lycourgos, disponível no site [curia.europa.eu](http://curia.europa.eu).

força jurídica, ao conteúdo precativo dos seus comandos, sem prejuízo da possibilidade da tomada em consideração de normas de aplicação imediata pertencentes a um Estado que não é o do foro nem o que tenha com a situação a conexão prevista no n.º 3 apenas enquanto elementos de facto na medida em que o direito aplicável ao contrato, ao abrigo das disposições do Regulamento, o preveja.

No tocante ao modo de aplicação das normas de aplicação imediata, e ao abrigo do n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma, a medida de conjugação e adaptação das disposições aplicáveis imediatamente por vontade própria e pela norma de conflitos cairá no âmbito de discricionariedade do juiz<sup>233</sup>. Este poderá ou não dar relevância às normas de aplicação imediata e decidir se “trará” do ordenamento jurídico a que tais normas pertencem as normas que definem as consequências jurídicas previstas para a violação daquelas (muitas vezes tais consequências traduzem-se na sanção de nulidade) ou se essa violação deve ser tratada pelas normas da lei considerada competente<sup>234</sup>. Em todo o caso, a decisão caberá ao juiz, pela faculdade que lhe é dada pela expressão “pode ser dada prevalência” do n.º 1 do art. 7.º.

---

<sup>233</sup> Autores que se pronunciam sobre o juízo de discricionariedade deixado ao juiz pelo art. 7.º da Convenção de Roma, nomeadamente aos efeitos a dar e ao grau de consequências jurídicas desencadeados pela aplicabilidade de normas de aplicação imediata: AUDIT, Bernard, “Droit International Privé”, 2. ed. Paris: Ed. Economica, 1997, p. 677; LOUSSOUARN; BOUREL, “DIP”, p. 452 e ss.; BALLARINO, “DIP”, p. 640 e ss.; MOSCONI, “DIPP, vol. I”, p. 137; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 373.

<sup>234</sup> Cfr. BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 373. No sentido de que as sanções incorridas em caso de violação de uma norma de aplicação imediata que se queira aplicar são as formuladas pela lei que pôs as condições, ver MAYER, Pierre, “Droit International Privé”, 6. ed. Paris: Editions Montchrestien, 1998, p. 478. No sentido de que o juiz, atribuindo relevância a uma norma de aplicação imediata que se queira aplicar, não é obrigado a aplicá-la tal como ela é considerada no seu Estado de origem mas tem a faculdade de proceder a adaptações no que toca às sanções que ela prevê, ver LOUSSOUARN; BOUREL, “DIP”, p. 452. Ver MOSCONI, “DIPP, vol. I”, p. 179. Este autor cita o Relatório de Mario Giuliano e Paul Lagarde sobre a Convenção de Roma (disponível em inglês em [https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31980Y1031\(01\):EN:HTML](https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31980Y1031(01):EN:HTML)), e dá o exemplo de uma norma de aplicação imediata pertencente ao lugar de execução do contrato de trabalho que se quer aplicar, que prescreve o uso de forma escrita para a cláusula de não concorrência, sendo que a *lex causae* permite o uso de forma oral. O autor refere que esta questão é discutida no relatório no âmbito do art. 9.º da Convenção, que determina os requisitos de forma dos contratos, matéria também abrangida pelo art. 7.º. Em conclusão, o autor refere que a violação da norma de aplicação imediata em causa determinaria a invalidade do contrato.

Por outro lado, o n.º 3 do art. 9.º do Regulamento Roma I é visto como que fornecendo um menor grau de arbitrariedade ao juiz na aplicabilidade de uma norma de aplicação imediata pertencente a um terceiro Estado em comparação com o disposto no n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma<sup>235</sup>. Tal resulta do carácter restritivo que foi imprimido à redação do n.º 3 do art. 9.º<sup>236 237</sup>, que em lugar de exigir uma “conexão estreita” entre a situação a regular e o Estado donde promanam as normas imperativas previsto no n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma, restringe a atribuição de relevância às normas de aplicação imediata pertencentes à “lei do país em que as obrigações decorrentes do contrato devam ser ou tenham sido executadas, na medida em que, segundo essas normas de aplicação imediata, a execução do contrato seja ilegal.” Não obstante o carácter restritivo do preceito existe ainda assim incerteza no tocante à avaliação das consequências jurídicas que resultam da violação de uma norma de aplicação imediata pertencente ao Estado onde o contrato é executado. Nomeadamente, à luz de que norma se deve averiguar as sanções previstas para essa violação, pela norma considerada competente pelas normas de conflitos ou pela lei do Estado que edita a norma de aplicação imediata tida em consideração, i.e., a lei do lugar de execução do contrato? Posições têm sido defendidas no sentido de que este preceito abrange não só as normas de aplicação imediata relativas à execução do contrato mas também as que estabelecem requisitos de validade do conteúdo e do fim do

---

<sup>235</sup> LANDO; NIELSEN, “The Rome I Regulation”, p. 1719; BONOMI; VOLKEN, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, p. 297; MARAZOPOULOU, “Overriding Mandatory Provisions of Article 9 paragraph 3 of the Rome I Regulation”, p. 790.

<sup>236</sup> Restrição que resultou das objeções formuladas pelo Reino Unido à proposta inicial do Regulamento sobre a lei aplicável às obrigações contratuais apresentada pela Comissão Europeia, nos finais de 2005. Ver LANDO; NIELSEN, “The Rome I Regulation”, p. 1687 e ss.

<sup>237</sup> O carácter restritivo deste número é apontado, nomeadamente, por LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 310; BUREAU; D’AVOUT, “Les lois de police étrangères devant le juge français du contrat international”, p. 998; BONOMI; VOLKEN, “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”, p. 299; MARAZOPOULOU, “Overriding Mandatory Provisions of Article 9 paragraph 3 of the Rome I Regulation”, p. 788.



contrato<sup>238</sup> - as normas de aplicação imediata da lei do lugar da execução disciplinariam, então, a validade do objeto ou o fim do contrato<sup>239</sup>.

Outra dificuldade suscitada por este artigo concerne a lei definidora do lugar da execução do contrato, não esclarecendo o preceito se o lugar será determinado pela lei reguladora do contrato ou pelas normas de aplicação imediata que se queiram aplicar<sup>240</sup>.

Em matéria de obrigações extracontratuais, consideramos, como já referimos no Título III , capítulo 3, que o art. 17º do Regulamento Roma II atribui relevância a normas de aplicação imediata estrangeiras de segurança e de conduta, que atuam enquanto pressupostos de facto da lei material considerada competente para regular as obrigações extracontratuais. As referidas normas de aplicação imediata pertencerão a um terceiro Estado se a *lex causae* não for a lei do lugar em que ocorre o facto que dá origem à responsabilidade - e esta não for a lei do foro -: as normas de aplicação imediata reconhecidas pelo art. 17º são tomadas em consideração quando o facto que dá origem à responsabilidade ocorre no Estado a que as normas pertencem.

---

<sup>238</sup> LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 310.

<sup>239</sup> *Ibid.*, p. 320. Este autor considera, no entanto, que a questão é controversa, e deverá ser clarificada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia.

<sup>240</sup> LANDO; NIELSEN, “The Rome I Regulation”, p. 1721. Sobre as dificuldades de interpretação do conceito da lei do lugar de execução do contrato contido no nº 3 do art. 9º, cfr. MARAZOPOULOU, “Overriding Mandatory Provisions of Article 9 paragraph 3 of the Rome I Regulation”, p. 783 e ss.

## Conclusões

Concluímos, a respeito do Título II, que a atribuição de relevância a uma norma de aplicação imediata estrangeira prosseguidora de interesses Estaduais de um ordenamento jurídico estrangeiro cabe, em última em instância, ao Estado do foro, isto é, o juiz não está obrigado ou impedido de atribuir relevância a uma norma de aplicação imediata estrangeira (que não seja indicada pela norma de conflitos do foro). Não obstante existirem títulos de legitimação de normas de aplicação imediata estrangeiras no ordenamento jurídico Português, o Estado Português fez reserva ao nº 1 do art. 7º da Convenção de Roma, que reconhece tais normas no plano das obrigações contratuais. A reserva não impede, cremos, a aplicação de normas de aplicação imediata estrangeiras do domínio das obrigações contratuais não pertencentes à *lex causae* pelo Tribunal do foro<sup>241</sup>.

Concordamos com a posição segundo a qual a aplicação de uma norma de aplicação imediata estrangeira poderá ser legitimada com recurso aos princípios referidos no Título II, numa lógica de caso a caso, respeitando a vontade de aplicação da norma e a existência de uma conexão entre a ordem jurídica a que o preceito imperativo pertence e a situação a regular, tendo em vista o respeito pelos valores e interesses do Estado do foro.

No Título III averiguámos que os Tribunais Portugueses, ao aplicarem normas de aplicação imediata (por nós consideradas enquanto tais) estrangeiras pertencentes à *lex causae*, seguem a tese compreendida no art. 15º do Código Civil Português. A legitimidade das normas de aplicação imediata estrangeiras

---

<sup>241</sup> Relativa a obrigações contratuais não abrangidas pelo Regulamento Roma I, e salvo matéria não contratual, já que o Tribunal de Justiça da União Europeia interpretou o nº 3 do art. 9º do Regulamento Roma I de forma exaustiva – só poderão ser aplicadas normas de aplicação imediata, para além das pertencentes ao foro (nº 2), e, cremos, das pertencentes à *lex causae*, as que pertencem à lei do país em que as obrigações decorrentes do contrato devam ser ou tenham sido executadas, podendo as normas de aplicação imediata pertencentes a outro ordenamento jurídico apenas ser tidas em consideração enquanto elementos de facto no âmbito da *lex causae*. Cfr. Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 18-10-2016, referido no capítulo 3 do Título IV.

pertencentes à *lex causae* provém do título de competência conferido pela norma de conflitos do foro, i.e., da integração das normas aplicadas no “instituto visado na regra de conflitos”<sup>242</sup>. Os Tribunais atendem ao âmbito de aplicação espacial fixado pelas próprias normas na sua aplicação, o que exclui, por este facto, segundo alguns autores<sup>243</sup>, o recurso à tese do “estatuto obrigacional”. Observámos numa decisão jurisprudencial que a aplicação de normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes à *lex causae* encerra limites do decorrer do seu processo. O limite verificado foi o mecanismo da exceção da ordem pública internacional, o qual impede o desencadeamento dos efeitos jurídicos da norma de aplicação imediata estrangeira que atentam contra princípios e valores considerados fundamentais para a ordem jurídica Portuguesa.

No Título IV verificámos que os Tribunais Portugueses não são alheios à atribuição de relevância a normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado.

Por um lado, decisões há em que os Tribunais tomam em consideração as normas de aplicação imediata estrangeiras (por nós consideradas enquanto tais, seguindo a Doutrina referida) pertencentes a um terceiro Estado como um pressuposto de facto na aplicação da norma material indicada pela norma de conflitos do foro: essa foi, aliás, a interpretação dada pelo Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12-11-2009<sup>244</sup>, ao nº 3 do art. 45º *in fine* do Código Civil respeitante à aplicação das “disposições do Estado local que devam ser aplicadas indistintamente a todas as pessoas.”<sup>245</sup>

Por outro lado, há decisões em que os Tribunais consideram os comandos normativos das normas de aplicação imediata estrangeiras pertencentes a um terceiro Estado atendendo diretamente aos preceitos jurídicos, independentemente

---

<sup>242</sup> Art. 15º do Código Civil.

<sup>243</sup> Ver nota 135.

<sup>244</sup> Ver nota 203.

<sup>245</sup> Nº 3 do art. 45º do Código Civil, *in fine*.

do que dispõe a *lex causae*: essa foi a decisão dos Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-10-1991<sup>246</sup>, do Tribunal da Relação do Porto, de 29-06-2015<sup>247</sup>, e do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14-07-2011<sup>248</sup>. Consideramos que tal apreciação encontra paralelo, nos três Acórdãos, na teoria da conexão estreita<sup>249</sup>, porquanto as normas de aplicação imediata estrangeiras são consideradas, nas decisões, independentemente da referência da norma de conflitos do foro e pertencem a um ordenamento jurídico que tem uma estreita conexão com a situação a regular, mesmo não correspondendo à *lex causae*: nos dois primeiros Acórdãos as normas de aplicação imediata pertencem à lei do lugar da execução do contrato, no último à lei do lugar em que os contratos de revenda no âmbito de um contrato de concessão comercial exclusiva ou preponderantemente se desenvolveram.

Como os Tribunais Portugueses estão vinculados a preceitos jurídicos que estabelecem como requisito de aplicação de uma norma internacionalmente imperativa uma conexão estreita entre o ordenamento jurídico a que tal norma pertence e a situação a regular<sup>250</sup>, procurámos saber que elementos de conexão são utilizados pelos Tribunais para concretizar o conceito vago de “conexão estreita”, incluindo elementos de conexão que indicam o ordenamento jurídico do foro como competente<sup>251</sup>. Averiguámos que os Tribunais não seguem um critério uniforme no tocante ao domínio das obrigações contratuais, apesar de tendencialmente se dirigirem à lei do lugar da execução do contrato. Esta desuniformidade vai ao

---

<sup>246</sup> Ver nota 158.

<sup>247</sup> Ver nota 163.

<sup>248</sup> Ver nota 187.

<sup>249</sup> O Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14-07-2001, dirige-se especificamente ao n.º 1 do art. 7.º da Convenção de Roma, considerado por parte da Doutrina como uma expressão da teoria da conexão estreita. Neste sentido, cfr. LIMA PINHEIRO, “DIP, vol. I”, p. 305; MOURA RAMOS, “Da Lei Aplicável...”, p. 713; BONOMI, “Le Norme Imperative...”, p. 83. No sentido de que o n.º 1 do art. 7.º engloba tanto a teoria do “estatuto unitário” como a teoria da conexão estreita, cfr. MARQUES DOS SANTOS, “As Normas de Aplicação Imediata...”, p. 1023.

<sup>250</sup> Refira-se a título de exemplo o art. 16.º da Convenção de Haia sobre a Lei Aplicável aos Contratos de Mediação e à Representação e o art. 23.º do Decreto-Lei 446/85 que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais.

<sup>251</sup> Consideramos que a exigência do requisito da conexão estreita vale também para a aplicação de normas de aplicação imediata do foro.

encontro das vozes críticas da teoria da conexão estreita que apontam a incerteza e imprevisibilidade nas relações privadas resultantes do conceito vago de “conexão estreita”. Não encontramos decisões que se pronunciassem sobre a aplicação de uma norma de aplicação imediata com base na existência de uma conexão estreita entre o Estado a que a norma pertence e a situação a regular em matéria de obrigações extracontratuais.

Finalmente, analisámos as consequências de direito privado resultantes da aplicação direta, pelos Tribunais, de normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado, que não o da *lex causae*. Nesta análise incluímos a aplicação de normas de aplicação imediata pertencentes ao ordenamento jurídico do foro (não correspondendo à *lex causae*), e nesta medida procedemos a um exercício de comparação entre as consequências de direito privado resultantes da aplicação de normas de aplicação imediata pertencentes a um terceiro Estado e ao Estado do foro. Esta comparação é justificada em virtude do princípio da igualdade, que dita a paridade de tratamento entre as normas de aplicação imediata do foro e estrangeiras, isto é, também do seu modo de aplicação. Com efeito, não observámos diferenças de tratamento dado pelos Tribunais em relação à aplicação direta de normas de aplicação imediata de terceiros Estados e do foro em matéria de obrigações – a exceção foi o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04-11-2015<sup>252</sup>. Concluímos que o modo de aplicação de normas de aplicação imediata não pertencentes à *lex causae* é tratado de forma quase idêntica pelos Tribunais nas decisões analisadas - sendo a exceção o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04-11-2015<sup>253</sup> –, não obstante a discricionariedade que é deixada ao juiz nesta matéria: os Tribunais procedem a uma conjugação e harmonização entre a aplicação dos preceitos das normas de aplicação imediata e a aplicação da *lex causae*, não substituindo as primeiras todo o regime das segundas, mas apenas pontualmente em relação aos factos que preveem, e, portanto, recorrendo ao

---

<sup>252</sup> Ver nota 224.

<sup>253</sup> Ver nota 224.

*dépeçage*. Não encontramos decisões que aplicassem diretamente normas de aplicação imediata de terceiros Estados em matéria de obrigações extracontratuais.

## **Bibliografia**

AUDIT, Bernard. “Droit International Privé”. 2. ed. Paris: Ed. Economica, 1997.

AUDIT, Bernard; D’AVOUT, Louis. “Droit International Privé”. 7. ed. Paris: Ed. Economica, 2013.

BALLARINO, Tito. “Diritto Internazionale Privato”. 3. ed. Pádua: Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 1999.

BAPTISTA MACHADO, João. “Âmbito de Eficácia e Âmbito de Competência das Leis: Limites das Leis e Conflitos das Leis”. Coimbra: Edições Almedina, 1999.

BISPING, Christopher. “The common european sales law, consumer protection and overriding mandatory provisions in private international law”. *International & Comparative Law Quarterly*, v. 62, 2013.

BONOMI, Andrea. “Le Norme Imperative nel Diritto Internazionale Privato”. Zurique: Schulthess Polygraphischer Verlag, 1998.

BONOMI, Andrea; VOLKEN, Paul. “Overriding mandatory provisions in the Rome I regulation on the law applicable to contracts”. *Yearbook of Private International Law*, v. X, 2009.

BRITO, Maria Helena. “A Representação nos Contratos Internacionais: Um contributo para o estudo do princípio da coerência em direito internacional privado”. Coimbra: Edições Almedina, 1999.

BRITO, Maria Helena. “Direito aplicável ao contrato internacional de trabalho. Algumas considerações a propósito do Código do Trabalho”. In: *Estudos em memória do Conselheiro Luís Nunes de Almeida*. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

BRITO, Maria Helena. “Direito Internacional Privado Sob Influência do Direito

Europeu”. Lisboa: Âncora Editora, 2017.

BUREAU, Dominique; D’AVOUT, Louis. “Les lois de police étrangères devant le juge français du contrat international”. *La Semaine Juridique*, v. 19–20, 2010.

FERRER CORREIA, António. “Lições de Direito Internacional Privado I”. Coimbra: Edições Almedina, 2000.

FRANCESEKAKIS, Phocion. “La théorie du renvoi et les conflits de systèmes en droit international privé”. Paris: Sirey, 1958.

FRANCESEKAKIS, Phocion. “Quelques précisions sur les «lois d’application immédiate» et leurs rapports avec les règles de conflits de lois”. *Revue critique de droit international privé*, 1966.

GALVÃO TELES, Eugénia. “A noção de normas de aplicação imediata no Regulamento Roma I: Uma singularidade legislativa”. In: *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*. Coimbra: Almedina, 2012.

KARAQUILLO, Jean-Pierre. “Étude de Quelques Manifestations des Lois d’Application Immédiate Dans La Jurisprudence Française de Droit International Privé”. Limoges: Presses Universitaires de France, 1977.

LANDO, Ole; NIELSEN, Peter Arnt. “The Rome I Regulation”. *Common Market Law Review*, v. 45, 2008.

LIMA PINHEIRO, Luis. “Direito Internacional Privado: Introdução e Direito de Conflitos - Parte Geral”. 3. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2014.

LIPSTEIN, Kurt. “Les normes fixant leur propre domaine d’application; les expériences anglaises et américaines”. *Travaux du Comité français de droit international privé*, 1980.

LOUSSOUARN, Yvon; BOUREL, Pierre. “Droit International Privé”. 6. ed. Paris: Éditions Dalloz, 1999.

LOUSSOUARN, Yvon; BOUREL, Pierre; VAREILLES-SOMMIÈRES, Pascal



de. “Droit International Privé”. 10. ed. Paris: Éditions Dalloz, 2013.

MARAZOPOULOU, Vassiliki. “Overriding Mandatory Provisions of Article 9 paragraph 3 of the Rome I Regulation”. *Revue Hellénique de Droit International*, 2011.

MARQUES DOS SANTOS, António. “Alguns princípios de Direito Internacional Privado e de Direito Internacional Público do Trabalho”. In: *Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Público*. Coimbra: Livraria Almedina, 2004.

MARQUES DOS SANTOS, António. “As Normas de Aplicação Imediata no Direito Internacional Privado: Esboço de Uma Teoria Geral”. Coimbra: Edições Almedina, 1991.

MAYER, Pierre. “Droit International Privé”. 6. ed. Paris: Editions Montchrestien, 1998.

MAYER, Pierre. “Les lois de police étrangères”. *Journal du droit international*, v. 108, 1981.

MAYER, Pierre; HEUZÉ, Vincent. “Droit International Privé”. 11. ed. Issy-les-Moulineaux: Lextenso éditions, 2014.

MOSCONI, Franco. “Diritto Internazionale Privato e Processuale: Parte Generali e Contratti”. Turim: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 2000.

MOURA RAMOS, Rui Manuel de. “Da Lei Aplicável ao Contrato de Trabalho Internacional”. Coimbra: Edições Almedina, 1991.

MOURA VICENTE, Dário. “Da Responsabilidade Pré-Contratual em Direito Internacional Privado”. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

NEUMAYER, Karl H. “Autonomie de la volonté et dispositions impératives en droit international privé des obligations (suite et fin)”. *Revue critique de droit international privé*, 1958.

NORD, Nicolas. “Ordre Public et Lois de Police en Droit International Privé”.

Université Robert Schuman, 2003.

NUYTS, Arnaud. “L’Application des lois de police dans l’espace”. *Revue critique de droit international privé*, v. 88, 1999.

PÉREZ BEVIÁ, José Antonio. “Disposiciones imperativas y leyes de policía en el Convenio de Roma de 19 de junio de 1980 sobre la ley aplicable a las obligaciones contractuales”. *Revista Española de Derecho Internacional*, v. 1, 1982.

PICONE, Paolo. “Les méthodes de coordination entre ordres juridiques en droit international privé : Cours général de droit international privé”. *Recueil des Cours*, v. 276, 1999.

PISSARRA, Nuno Andrade; CHABERT, Susana. “Normas de Aplicação Imediata, Ordem Pública Internacional e Direito Comunitário”. Coimbra: Edições Almedina, 2004.

## **Lista de Jurisprudência**

### **Jurisprudência comunitária:**

Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 23-11-1999, Processos apensos C-369/96 e C-376/96, Relator O. Edward, disponível no site [curia.europa.eu](http://curia.europa.eu).

Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 17-10-2013, Processo C-184/12, Relatora C. Toader, disponível no site [curia.europa.eu](http://curia.europa.eu).

Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 18-10-2016, Processo C-135/15, Relator C. Lycourgos, disponível no site [curia.europa.eu](http://curia.europa.eu).

### **Jurisprudência nacional:**

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-10-1991, Processo 003113, Relator Sousa Macedo, Boletim do Ministério da Justiça, nº 410, Ano 1991, página 585.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11-06-1996, Processo 4.345, Relator Carvalho Pinheiro, Colectânea de Jurisprudência, Tomo II/1996.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 10-07-1997, Processo 495/97, Relator Pereira da Graça, Boletim do Ministério da Justiça, nº 469, Ano 1997, página 418.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30-09-1998, Processo 131/98, Relator José António Mesquita, Colectânea de Jurisprudência, Tomo III/1998.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12-07-2000, Processo 99S231, Relator Almeida Deveza, disponível no site da DGSJ.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 27-09-2000, Processo 00S1673, Relator Almeida Deveza, disponível no site da DGSJ.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 23-05-2001, Processo 00S3597, Relator José Mesquita, disponível no site da DGSI.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12-11-2009, Processo 258/04.6TBMRA.E1.S1, Relator Oliveira Rocha, disponível no site da DGSI.

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12-01-1999, Processo 78/98, Relator Silva Campinho, Colectânea de Jurisprudência, Tomo I/1999.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 10-01-1996, Processo 9090, Relator Melo e Mora, Colectânea de Jurisprudência, Tomo I/1996.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 16-11-2005, Processo 3787/2005-4, Relator Seara Paixão, disponível no site da DGSI.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14-07-2011, Processo 3006/08.8TVLSB.L1, Relator Henrique Antunes, Colectânea de Jurisprudência.

Acórdão do Tribuna da Relação de Lisboa, de 20-02-2013, Processo 3319/07.6TTLSB.L3-4, Relatora Maria João Romba, disponível no site da DGSI.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 04-11-2015, Processo 2998.14.2TTLSB.L1-4, Relator Leopoldo Soares, disponível no site da DGSI.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 02-06-2014, Processo 930/08.1TTPRT.P2, Relatora Paula Leal de Carvalho, disponível no site da DGSI.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 29-06-2015, Processo 529.13.0TTOAZ.P1, Relatora Maria Fernanda Pereira Soares, Colectânea de Jurisprudência.

